



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Relatório de Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional

Sofia Cristina Martins Geraldes

Relatório para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Teresa Cierco
Coorientadora: Dr.^a Liliana Reis

Covilhã, fevereiro de 2014

Dedicatória

Dedico o presente trabalho aos que me aqueceram o coração, e que me fizeram valorizar os momentos bons e desvalorizar os menos bons de forma a enfrentar as quebras da vida e a seguir os objetivos a que me propus alcançar.

Agradecimentos

Tendo concluído o presente trabalho, não poderia deixar de agradecer a todos os que de uma ou outra forma me apoiaram ao longo da vida e, em particular, ao longo destes meses de trabalho.

Particularmente, quero em segundo lugar agradecer primeiro à minha família, aos presentes e aos que já partiram. E, ao meu namorado, a eles agradeço o apoio, o carinho e o conforto que me proporcionaram nestes meses difíceis. Sem eles nada teria sido possível e a eles devo aquilo que sou.

À minha orientadora, Professora Teresa Cierco, que me proporcionou um contínuo apoio de natureza científica de elevado valor, incentivando e contribuindo através do seu grau de exigência para o desenvolvimento de um trabalho de estágio com maior rigor. Não podia também deixar de agradecer o apoio e compreensão que demonstrou durante este período difícil.

De seguida, a todos os colaboradores do IDN, que me receberam como se pertencesse à casa e que me fizeram sentir como parte da equipa. Particularmente, quero agradecer à Doutora Isabel Ferreira Nunes que, para além de me ter proporcionado espaços de contacto com personalidades de excelência no quadro das relações internacionais e também espaços de trabalho que me fizeram valorizar a atividade de estágio, apoiou-me de forma incondicional com a sua forma humana de ser em vários momentos difíceis durante o período de estágio.

Aos meus amigos, aos mais presentes e aos mais ausentes. Em particular, à Andreia Patrícia Rodrigues, à Andreia Ramos, à Vanessa Montana, ao Gil Santos, à Ana Ventura, à Daniela Vicente e à Mariana Branco de Oliveira com quem tive a oportunidade de partilhar a minha experiência no IDN, um muito obrigada por todo o carinho e conforto.

A todos, OBRIGADA.

Resumo

O sistema internacional atual apresenta a existência de novas ameaças e riscos à segurança internacional. Conseqüentemente, a panóplia de transformações decorrentes leva a que, os Estados tomem consciência da necessidade de adaptação dos seus procedimentos de atuação perante o ambiente internacional que se afigura.

Em virtude disto, o Estado Português reconhece a necessidade de delimitar uma estratégia de defesa nacional que em simultâneo tenha em conta valores e interesses nacionais e internacionais, com vista à sua sobrevivência.

O Instituto da Defesa Nacional (IDN) integra estas dimensões como centro produtor de instrumentos à disposição dos processos de decisão política, no quadro da definição da estratégia de defesa nacional.

O interesse em desenvolver um Estágio Curricular no IDN surgiu por este se constituir como uma das principais plataformas de investigação e reflexão das questões associadas à segurança internacional. O Estágio realizado é o resultado de três meses e meio de experiência profissional no Instituto supramencionado. O relatório sobre o mesmo ocorre como objeto final de avaliação para a conclusão do Mestrado em Relações Internacionais. E, compreende uma série de elementos diretamente ligados ao Instituto e às atividades desenvolvidas durante o período de Estágio.

Palavras-chave

Relações Internacionais, Segurança, Defesa, IDN, Estágio, Relatório.

Abstract

The current international system displays the existence of new threats and risks to the international security. Consequently, the panoply of arising transformations press States to adapt their policies and procedures in face of the actual international environment.

Thus, the Portuguese State recognizes the need to outline a national defence strategy that simultaneously takes into account values and national and international interests, in order to guarantee its survival.

The National Defence Institute (IDN) integrates these concerns on its mission and activities through research, debates and publications made available to decision making, in the formulation of an overall national defence strategy.

The interest in taking an Internship at IDN results from the fact it is one of the main platforms of research and reflection on issues related to international security. The Internship is the result of three and a half months of work experience in the aforementioned Institute. The report is a final phase of evaluation to conclude the Master in International Relations. And, comprises a number of elements directly linked to the Institute and to the activities undertaken by it during the Internship period.

Keywords

International Relations, Security, Defence, IDN, Internship, Report.

Índice

Lista de Figuras	vii
Lista de Tabelas	viii
Lista de Acrónimos	ix
INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I - A ATIVIDADE ESTRATÉGICA DO IDN EM PORTUGAL	12
1.1. Enquadramento teórico-concetual: o contributo da atividade estratégica do IDN na estratégia nacional	12
CAPÍTULO II - CARATERIZAÇÃO DO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL	15
2.1. Síntese Histórica	15
2.2. Missão, Competências, Valores e Objetivos	18
2.3. Atividades Estratégicas	21
2.3.1. Investigação	22
2.3.2. Educação e Formação	23
2.3.4. Parcerias e Cooperação Internacional	32
2.3.5. Outras Atividades	33
2.4. Competências do Quadro Orgânico	35
CAPÍTULO III - ESTÁGIO CURRICULAR NO INSTITUTO DA DEFESA NACIONAL	38
3.1. Objetivos e Metodologias	38
3.2. Descrição e Análise: Atividades desenvolvidas no Estágio Curricular	39
3.2.1. Grupos de Estudos	40
3.2.2. Cursos de Formação	43
3.2.3. Projeto para a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial (1914-1918)	45
3.2.4. Seminários e Conferências	46
3.2.5. Visita do Colégio Defesa NATO	49
3.2.6. Outras Atividades	50
3.3. Reflexão Crítica: Balanço entre Perspetivas e Resultados	51
Considerações Finais	54
Bibliografia	56
Anexos	61
Anexo A	61
Anexo B	65

Lista de Figuras

- 1 Esquema sobre o contributo da atividade estratégica do IDN na estratégia nacional, pág. 14
- 2 Valores orientadores do IDN, pág. 20
- 3 Principais atividades estratégicas desenvolvidas pelo IDN, pág. 22
- 4 Organograma do IDN, pág. 35

Lista de Tabelas

- 1 Quadro de descrição e análise das atividades de estágio, pág. 40

Lista de Acrónimos

AACDN	Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
CAACDN	Curso de Atualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional
CDJ	Curso de Defesa para Jovens
CDN	Curso de Defesa Nacional
CEDN	Conceito Estratégico de Defesa Nacional
CEI	Centro de Estudos e Investigação
CEMA	Chefe do Estado-Maior da Armada
CEME	Chefe do Estado-Maior do Exército
CEMFA	Chefe do Estado-Maior da Força Aérea
CEMGFA	Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas
CESD	Colégio Europeu de Segurança e Defesa
CESEDEN	<i>Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional de España</i>
CGCC	Curso de Gestão Civil de Crises
CISEDE	Curso Intensivo de Segurança e Defesa
CSDJ	Curso de Segurança e Defesa para Jovens
DIGER	Divisão de Gestão de Recursos
DIPEB	Divisão de Planeamento, Edições e Biblioteca
DSPGR	Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos
FA	Forças Armadas
IAEDN	Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional
IDN	Instituto da Defesa Nacional
LDNFA	Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas
NATO	<i>North Atlantic Treaty Organization</i>
NIFOR	Núcleo de Informática
OTAN	Organização do Tratado Atlântico Norte
SEREP	Núcleo de Segurança e Relações Públicas
SSDJP	Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias
SWOT	<i>Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats</i>
UBI	Universidade da Beira Interior
UE	União Europeia
VAlm	Vice-Almirante

Introdução

O presente relatório aborda a experiência profissional da estagiária entre o mês de setembro e a primeira metade do mês de dezembro de 2013 no Instituto da Defesa Nacional (IDN). O estágio acontece no seguimento de uma parceria estratégica acordada entre a direção do Mestrado em Relações Internacionais da Universidade da Beira Interior e o IDN. A redação do relatório relativo ao estágio ocorre como um dos objetos de avaliação para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais, no âmbito do último ano do Mestrado em Relações Internacionais, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade da Beira Interior.

A opção pelo estágio curricular decorreu da motivação da estagiária em interetar os conhecimentos adquiridos ao longo da aprendizagem no primeiro ciclo de estudos, na especialização para a obtenção do Grau de Mestre, e o trabalho prático. A necessidade de interligar a teórica à prática, de desenvolver competências profissionais no âmbito da área de formação, de adquirir conhecimento sobre as estruturas que se encontram diretamente ligadas à esfera de decisão política portuguesa, e a criação de uma rede de contactos profissionais para a construção de projetos futuros, apresentaram-se como sendo os principais objetivos inicialmente delimitados.

A escolha específica pelo Instituto da Defesa Nacional surge do fato deste se constituir como um dos principais centros de pensamento das questões direcionadas para a segurança e defesa, que dentro do alargado espetro de investigação e reflexão inerente às relações internacionais, destacam-se como sendo de elevado interesse para a estagiária.

As atividades previstas inicialmente pelo Instituto centravam-se fundamentalmente na colaboração e apoio na coordenação dos vários eventos promovidos na Instituição.

A estrutura do relatório encontra-se organizada em três capítulos de teor teórico-concetual, organizacional e prático. Deste modo, o *Capítulo I - A atividade estratégica do IDN em Portugal*, contextualiza e esclarece a importância de institutos com a génese do IDN na definição da estratégia nacional portuguesa. Para este capítulo foram utilizados como instrumentos para análise o Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013, autores clássicos como Hobbes e Kant, assim como artigos científicos, que na ótica da estagiária apresentavam uma melhor explicação para o objetivo que cumpria a este primeiro ponto. É de realçar a aplicação de conhecimentos adquiridos no âmbito do primeiro ciclo de estudos e na especialização para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais neste ponto. Especificamente, na utilização das Teorias das Relações Internacionais como instrumentos explicativos de acontecimentos no sistema internacional. Desta forma, num primeiro momento introduzem-se as principais dinâmicas que atualmente caracterizam o ambiente internacional. De seguida, salienta-se a necessidade de Portugal definir uma boa estratégia com vista à sua sobrevivência, recorrendo à desmistificação do conceito de estratégia na pós-modernidade. Paralelamente traduz-se a presença de Portugal no espaço atlântico com a teoria realista hobbesiana e a integração de Portugal na União Europeia com a teoria liberal

kantiana. Não descartando da redefinição do conceito de segurança direcionado para o indivíduo e a consciencialização por parte dos Estados de que não conseguem atualmente atuar isolados e que, para isso, necessitam de cooperar por forma a responderem às novas exigências que se lhes apresentam. Por último, clarifica-se, na decorrência do supramencionado, a necessidade da existência de institutos como o IDN para a produção de instrumentos de apoio à esfera de decisão política, na definição da estratégia para a defesa nacional. Assim como, o seu papel na produção de mentalidades na sociedade portuguesa para a importância destas questões.

O *Capítulo II - Caracterização do Instituto da Defesa Nacional*, cumpre o dever de caracterizar a Instituição. A sua fundação histórica, a sua missão, as atividades estratégicas que desenvolve tendo em vista o cumprimento das suas atribuições - tanto as de cariz nacional como as de cariz internacional - bem como todo o quadro orgânico que faz com que tudo seja possível e aconteça. Para esta segunda parte, a investigação e análise incidiu em documentos oficiais, a título de exemplo o Diário de Governo e o Diário da República, bem como artigos científicos relevantes, e discursos de antigos diretores que descortinaram toda a edificação do Instituto da Defesa Nacional nos seus vários eixos. A contextualização histórica informa o processo fundador do IDN, desde o seu antecessor Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional. Seguidamente, toda a reestruturação da sua missão, numa primeira abordagem marcadamente militar, consequência das necessidades das Forças Armadas da altura, e atualmente a constituição de um organismo civil que visa promover uma consciência estratégica a todos os setores da vida social portuguesa para os assuntos da defesa e segurança. Em virtude disto, decorre a análise das atividades estratégicas centrais que o Instituto ministra com o propósito de cumprir as suas competências. E, por último, a descrição do quadro orgânico que compõe atualmente o IDN.

Por fim, o *Capítulo III - Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional*, analisa as atividades desenvolvidas no período de estágio, destacando-se uma vez mais como metodologias de trabalho, a compilação de elementos adquiridos no âmbito da especialização para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais, particularmente, a Análise *SWOT*. A adicionar às metodologias já referidas para o desenvolvimento deste capítulo, também a prossecução das atividades de estágio e a redação de notas semanais constituíram elementos de análise. Numa primeira instância, apresenta-se a arquitetura por detrás dos objetivos e as metodologias adotadas para o trabalho. Posteriormente, procedeu-se à descrição e análise das atividades, segundo uma base crítica. E, por último, como busílis do relatório, a reflexão do balanço entre as perspetivas e os resultados, não descuidado de uma análise direcionada para aquilo que na ótica da estagiária deveria ser melhorado ou reestruturado para um cumprimento mais eficaz das atribuições incumbidas ao Instituto.

Capítulo I - A atividade estratégica do IDN em Portugal

1.1. Enquadramento teórico-concetual: o contributo da atividade estratégica do IDN na estratégia nacional

A este primeiro capítulo compete contextualizar a necessidade da existência de institutos com a génese do Instituto da Defesa Nacional em Portugal. Apesar do cuidado científico e teórico exigido, a estagiária descarta a elaboração de uma tese, mas sim uma análise simples e coesa do contributo da atividade estratégica do IDN na estratégia nacional portuguesa. Como instrumento de partida recorreu-se ao Conceito Estratégico de Defesa Nacional (CEDN) de 2013.

Neste sentido, coloca-se imperativo questionar o porquê da reformulação do CEDN que datava de 2003? Inúmeras são as respostas possíveis, de entre as quais se destaca a permeabilização das fronteiras dos Estados, produto do mundo globalizado, caracterizado pela alteração profunda do ambiente internacional e pela eclosão de novas dinâmicas, tendências, exigências e condicionantes (CEDN, 2013: 8). Por conseguinte, afigura-se imprescindível desmistificar a título de exemplo alguns acontecimentos decorrentes do mundo atual. A crise económico-financeira concentrada na Europa e particularmente na Zona Euro, onde Portugal se encontra, produz um sentimento de incerteza quanto ao futuro nacional e da comunidade. A emergência de novas grandes potências no espaço Euro-Asiático, na América Latina e a reorientação estratégica dos Estados Unidos da América, afiguram um novo sistema internacional firmado em soberanias diferenciadas, alterando o paradigma mundial de uma superpotência dirigir o mundo segundo uma base de supremacia. O novo conceito estratégico da Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN) de 2010, bem como o Tratado da União Europeia (Tratado de Lisboa, com entrada em vigor em 2010) conferem novas exigências no quadro da contribuição portuguesa para a promoção e garantia da segurança internacional. Desta forma, o Estado Português toma consciência de que, para além de se constituir como Estado da República Portuguesa, pertence, simultaneamente, a um espaço atlântico e europeu. Por último, a existência no plano internacional de novos atores, riscos e ameaças à segurança internacional (CEDN, 2013: 8, 21).

Na decorrência do supramencionado, vivendo o Estado Português num mundo globalizado marcado por novas dinâmicas urge a necessidade de definir uma estratégia nacional com vista à sua sobrevivência (CEDN, 2013: 12). Como Thomas Hobbes afirma na sua clássica obra intitulada “Leviatã”, a “...*causa final e desígnio dos homens...é o cuidado com a sua própria conservação com uma vida mais satisfeita...*” (Hobbes, s.d.: 59) a qual [conservação dos homens e o seu bem-estar] está a cargo daquele “...*grande Leviatã a que se chama Estado...para cuja proteção e defesa foi projetado...o Salus Populi (a segurança do povo) é o seu objetivo...*” (Hobbes, s.d.: 9). Consequentemente, o Estado tem a seu cargo a responsabilidade de definir uma estratégia que responda a estas novas dinâmicas e que

salvagarde a segurança, bem-estar e progresso do seu *Populi*. Como refere o General Cabral Couto, o Estado deverá delinear uma estratégia que, segundo uma aceção pós-moderna, aceite a pluralidade de sujeitos não políticos e não estatais que se envolvem na panóplia atual de conflitos e que transcendem o paradigma clássico de estratégia (Correia, 2008: 38). Contrapondo-se à afirmação clássica de estratégia, os fins já não são estritamente políticos e o sujeito já não é unicamente o Estado. Porém, a coação e a existência de uma outra parte opositora permanecem como elementos do conceito de estratégia (Idem). Deste modo, segundo o Almirante Caminha o conceito de estratégia deixou de “...definir meramente a arte de comando militar em alto escalão. Tornou-se, também, instrumento permanente do estadista, para o preparo e emprego dos recursos da nação na busca de objetivos susceptíveis de provocar antagonismos” (Santos, 2011: 5). Assim, cabe ao Estado Português definir uma estratégia cimentada nos seus interesses e valores nacionais e internacionais com o propósito de garantir a sua sobrevivência no mundo atual.

Paralelamente, estando o Estado Português presente, simultaneamente, no espaço atlântico e europeu, tem ainda a seu cargo a responsabilidade de desenvolver, promover e assegurar a segurança internacional. Isto é, traduzindo-se o ambiente internacional segundo novas dinâmicas, a incapacidade de serem atendidas por uma intervenção unilateral leva a que, a segurança não possa estar a cargo exclusivo de um só Estado (Couto, 2000: 30). Com isto, outrora a segurança era um conceito intrinsecamente militar associado à agressão entre Estados todavia, encontra atualmente na nova dinâmica internacional alicerces para se apresentar mais abrangente com novas perspetivas de atuação (Roboredo, 2010: 5). Consequentemente, produto do mundo globalizado caracterizado pelas novas aceções ao nível das dinâmicas, tendências, exigências e condicionantes, o contexto internacional é multidiversificado e incerto quando às suas ameaças e riscos, o que leva à tomada de consciência por parte dos Estados que não conseguem isoladamente responder à conjuntura que vigora. Deste modo, no espaço atlântico, o Estado Português prossegue uma tradição realista hobbesiana, sustentada pela formação de alianças com vista a eliminar ameaças comuns (Hobbes, s.d.: 45). Pela via europeísta, ao integrar a União Europeia (UE), afirma-se numa visão mais liberal kantiana, assumindo a sua vontade de paz duradoura e paralelamente a sua visão cooperativa para a prossecução de objetivos comuns (Kant, s.d: 90-91). Em síntese, a partilha dos novos problemas leva à cooperação entre Estados, que reconhecem que unilateralmente já não conseguem garantir a segurança, evoluindo consequentemente de uma posição centrada unicamente na proteção territorial para uma conceção centrada na preservação da vida humana. O Estado Português reconhece desta forma a importância da sua aliança atlântica e a sua presença na UE como uma responsabilidade de promover e cooperar para a segurança internacional, cada vez mais focada no indivíduo, e como um fator basilar para sua sobrevivência.

Resumidamente, apresentando-se o ambiente internacional multifacetado caracterizado por novas dinâmicas e variáveis que condicionam a ação dos Estados e que colocam a sua sobrevivência em causa, urge a necessidade por parte destes de adequarem as suas políticas de defesa e segurança ao cenário internacional atual. Para isso, o Estado Português necessita de traçar uma boa estratégia, fundada em valores e interesses, que tenham o cuidado de aferir simultaneamente interesses nacionais, europeus, atlânticos e internacionais. Neste sentido, é imprescindível a existência de institutos como o IDN que se ocupam da execução de instrumentos de apoio à esfera de decisão política, no quadro da definição de uma estratégia de defesa nacional, por meio da reflexão e investigação.

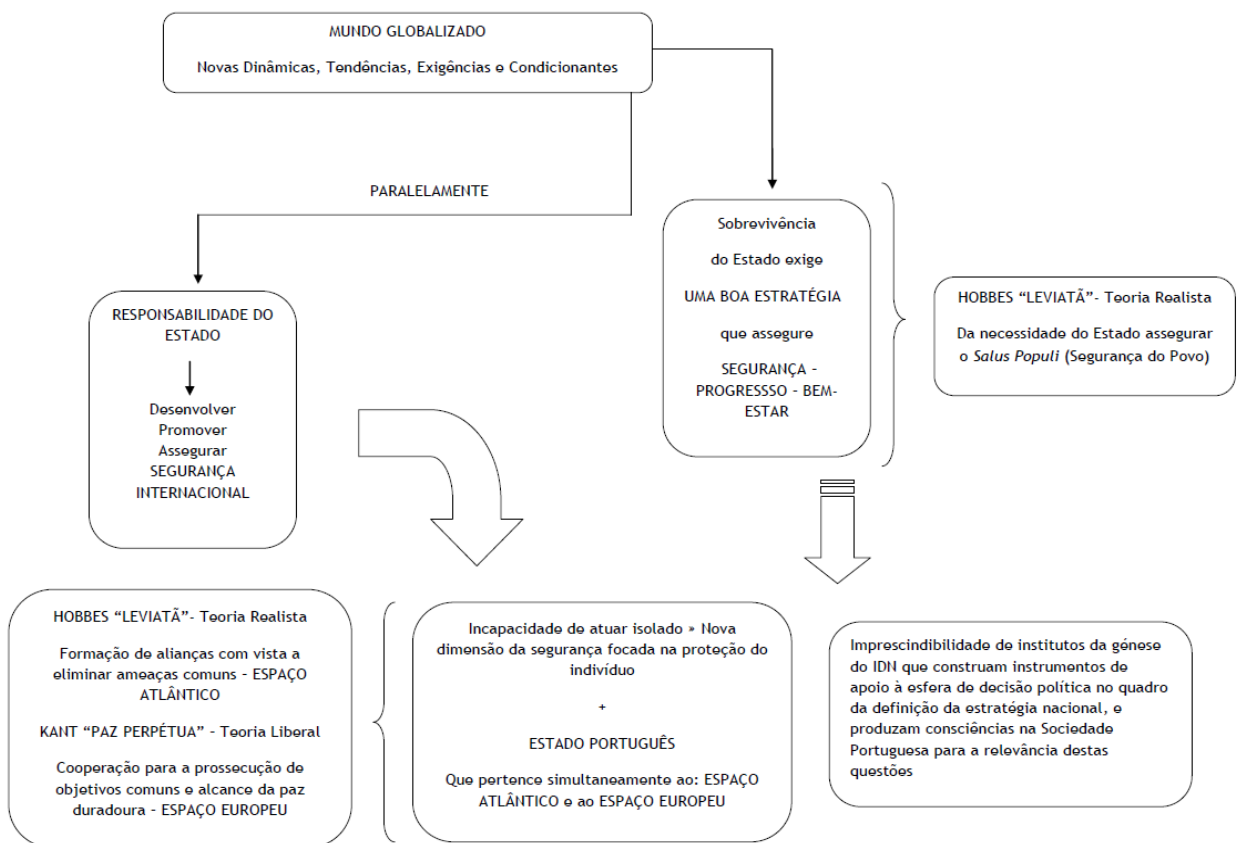


Figura 1- Esquema sobre o contributo da atividade estratégica do IDN na estratégia nacional.
Fonte: Elaborada pela autora.

Capítulo II - Caracterização do Instituto da Defesa Nacional

2.1. Síntese Histórica

Analisar o processo fundador do Instituto da Defesa Nacional remete-nos numa primeira instância a um exercício de consciência com o passado, onde se afigura imprescindível esmiuçar o que foi o seu antecessor - o Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional (IAEDN).

Precedentes à criação do IAEDN, inúmeras foram as tentativas, maioritariamente individuais, de engendrar um organismo desta natureza - que se ocupasse do estudo, debate e reflexão das matérias da defesa nacional (Rodrigues, 1987: 30-31). Em 1966, decorrem sucessivas reuniões entre figuras de alto prestígio no cerne das Forças Armadas (FA) - das quais faziam parte o General Luís Maria da Câmara Pina, então Chefe do Estado-Maior do Exército (CEME), o Almirante Armando Reboledo e Silva, então Chefe do Estado-Maior da Armada (CEMA) e o General Joaquim Brilhante de Paiva, que seria em 1967 o Chefe do Estado-Maior da Força Aérea (CEMFA) - com o propósito de arquitetar uma organização que dispusesse de capacidade para estudar e investigar as dinâmicas associadas à defesa nacional, à segurança e às relações internacionais. Decorrente da consciencialização da necessidade de existência do organismo, em março de 1967, o General Câmara Pina redige um projeto de decreto-lei que o propunha criar [o organismo] (Pina, 2003: 5).

Com o propósito de viabilizar a *“existência, em todos os sectores da vida nacional, de uma mentalidade aberta e esclarecida acerca dos problemas da defesa”* é constituído na Presidência do Conselho o IAEDN pelo Decreto-Lei nº 48 146 de 23 de dezembro de 1967 (ver Anexo A). O novo Instituto veio desta forma proporcionar a existência de um organismo adequado *“à preparação de dirigentes, civis e militares capazes de estudarem em comum os principais problemas de coordenação do esforço da guerra”* (Idem). Constituiu-se assim, a primeira Instituição responsável pelo estudo e investigação complexa da problemática da defesa nacional, na dependência do Ministro da Defesa Nacional (Cardoso, 1987: 81).

O IAEDN tinha como objetivos analisar, numa visão global, questões da maior importância para o país; e preparar *irmanados* (compostos por dirigentes de vários setores, civis e militares, públicos e privados) que do ponto de vista da defesa se encontrassem unidos por ligações de complementaridade, e que conjuntamente refletissem as questões subjacentes ao Instituto [IAEDN] (Decreto-Lei de 1967 - Ver Anexo A).

A missão do IAEDN centrava-se na preparação, especificamente, de oficiais gerais e superiores dos três ramos das FA, altos funcionários civis, professores, cientistas, dirigentes de empresas e técnicos de reconhecido mérito e qualificação (Decreto-Lei de 1967: Artigo 3º - Ver Anexo A), para a resolução das questões relevantes da defesa nacional. Mediante o estudo e reflexão dos problemas a estas questões associados (Pina, 1987: 35).

Com o propósito de alcançar os objetivos traçados, e cumprir a sua missão com eficácia, o IAEDN teria que, organizar anualmente o Curso de Altos Estudos de Defesa

Nacional; organizar ciclos de estudos; colaborar com institutos e estabelecimentos de ensino e de investigação; promover a realização de viagens, visitas, conferências e encontros nacionais e internacionais; e patrocinar, editar e vender publicações diretamente ligadas às temáticas que ao Instituto constituíam o dever de estudar e investigar (Decreto-Lei de 1967: Artigo 4º - Ver Anexo A).

Porém, a proclamação do diploma legal que criava o novo Instituto não assumiu de imediato execução efetiva. Consequência da falta de disponibilidade de personalidades capazes de assumir o pesado e complexo cargo de diretor (Rodrigues, 1987: 31).

Eis que, a 19 de junho de 1969, por ter atingido o limite de idade, o General Câmara Pina é substituído no seu cargo de CEME, assumindo de imediato o lugar de diretor do IAEDN até 1974 (Pina, 2003: 6-7).

Ao General competia a missão de *“estruturar o Instituto e projetá-lo no campo das realizações (...) de modo a levá-lo a ocupar a posição que lhe deveria corresponder nacional e internacionalmente”* (Rodrigues, 1987: 31). Assim, o Instituto deveria *“formar comandantes e chefes, preparar dirigentes, desenvolver o espírito de equipa (...) tornar mais portugueses os portugueses (...) é no corpo vivo da Nação Portuguesa que estudará”* (Rodrigues, 1987: 31).

As principais atividades estratégicas que tomaram lugar no IAEDN em virtude do cumprimento das suas atribuições foram os primeiros Cursos de Defesa Nacional (o primeiro em 1972 e o segundo em 1973), frequentados por auditores vindos de diferentes setores da vida nacional. E, teve também início nos finais de 1971, o Curso de Estado-Maior Inter-Forças, exclusivamente frequentado por oficiais dos três ramos das FA. Dentro da mesma agenda, decorreram ainda conferências, seminários e ciclos de estudos (Rodrigues, 1987: 32).

Cumprir notar, o papel exímio que o General Câmara Pina teve, sem o qual, possivelmente, o desenvolvimento das atividades supramencionadas não teria tido o mesmo resultado. Pois agia *“como homem de pensamento e pensou como homem de ação, aliando o estudo e a reflexão permanentes, a uma ação decisiva, no desempenho das elevadíssimas funções que lhe foram cometidas, ao longo da sua carreira”* (Couto, 2004: 1). Enfim, era o homem que *“na história de cada organização e de cada pátria, existe sempre...”* que *“remetendo deliberadamente os seus interesses e ambições pessoais para segundo plano, aplicam a sua inteligência e o seu trabalho ao serviço de causas e projectos comuns...”* (Idem).

Contudo, pelo Decreto-Lei nº 635/74 de 20 de novembro de 1974, na sequência dos acontecimentos da Revolução de 25 de Abril de 1974 as atividades do Instituto foram suspensas, por se considerarem incompatíveis com a conjuntura que o país atravessava.

Passado aproximadamente um ano da suspensão das atividades do IAEDN o General Ramalho Eanes, na época CEME, encarregou o General António Lopes dos Santos de dirigir o Centro de Estudos Militares. Este pedido oficializou-se, quando o Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), então General Costa Gomes, despacha a 30 de dezembro de 1975 a nomeação do General Lopes dos Santos como diretor do Centro de Estudos Militares (Pina, 2003: 9). A conjuntura no momento da tomada de posse apresentava-

se difícil, marcada pelas problemáticas ainda advindas do período pós-25 de Abril e pela extinção do IAEDN (Santos, 1987: 67).

Contudo, as dificuldades não demoveram o General [António Lopes dos Santos] de prosseguir o objetivo que lhe tinha sido direcionado - de reestruturar, atentas as condições sociais, políticas e militares, um organismo renovado e atual capaz de responder às exigências de então, utilizando o estudo, a análise e reflexão dos inúmeros problemas da defesa nacional (Santos, 1987: 67-68). As principais preocupações do General eram alcançar a compreensão dos três ramos das FA para a necessidade da estruturação de um órgão capaz de substituir o IAEDN; e desenvolver diligências, no sentido de obter, a colaboração dos três ramos das FA, e posteriormente de civis, ambos de reconhecido mérito e qualificação, com o propósito de garantir um trabalho profícuo que respondesse eficazmente à missão atribuída (Santos, 1987: 68).

O principal objetivo desta nova direção prendia-se com o esclarecimento recíproco dos quadros superiores da Administração Pública, das organizações privadas mais importantes e das FA, em matérias de interesse comum. Como atividades estratégicas capazes de responder à exigência da missão, realizaram-se cursos, estágios, ciclos de estudos, colóquios, conferências e outras atividades ligadas às anteriores, designadamente no domínio socio-político nacional (Santos, 1987: 70).

Apesar das inúmeras objeções e do reduzido quadro orgânico, o empenho do General Lopes dos Santos, permitiu que o Conselho da Revolução, sob Presidência do General Ramalho Eanes, decidisse criar a 12 de julho de 1976 o Instituto da Defesa Nacional, na dependência direta do CEMGFA (Vieira, 2007: 2). O renovado organismo era assim criado por se considerar *“oportuno e indispensável recomeçar as actividades de um instituto em condições de estudar os problemas fundamentais ligados à defesa nacional e que, paralelamente, garanta a preparação dos oficiais dos escalões superiores das forças armadas (FA) nos assuntos comuns aos três ramos”* (Decreto-Lei de 1976), e vantajoso *“aproveitar esse órgão para a análise e debate de matérias do domínio sócio-político e da posição das FA no contexto da Nação”* (Decreto-Lei de 1976).

Como missão competia ao Instituto contribuir para a definição de uma doutrina de defesa comum aos três ramos FA; para a valorização, dos três ramos das FA; e para o esclarecimento recíproco das FA, da Administração Pública e entidades privadas através do estudo e discussão dos grandes problemas nacionais e internacionais (Decreto-Lei de 1976: Artigo 2º).

Com o propósito de alcançar os objetivos traçados e de responder ativamente à sua missão, ao IDN competia agendar as seguintes atividades: organização anual de cursos ou estágios, ciclos de estudos, promoção e patrocínio de viagens, visitas, conferências e encontros nacionais e internacionais (Decreto-Lei de 1976: Artigo 3º).

2.2. Missão, Competências, Valores e Objetivos

A este subcapítulo cumpre analisar as principais reestruturações ao nível da conceção daquilo que o Instituto da Defesa Nacional representa. No domínio da sua missão, competências, valores, e objetivos.

Inicialmente, o IDN apresentava uma postura muito mais militarizada. Verificada na sua dependência ao Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (Decreto-Lei de 1976). E confirmada pela sua missão direcionada para a *“preparação dos oficiais dos escalões superiores das forças armadas...”* (Decreto-Lei de 1976) bem como para a *“análise (...) da posição das FA no contexto da Nação”* (Decreto-Lei de 1976). Diferente do seu antecessor, Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional, que era cunhado com um caráter mais abrangente na dependência do Ministro da Defesa Nacional (Decreto-Lei de 1967 - Ver Anexo A). O IAEDN apresentava uma missão mais alargada, com um público-alvo mais abrangente, predisposta a produzir uma mentalidade aberta e esclarecida acerca dos problemas da defesa, sublinha-se, a todos os setores da vida social (Idem). Neste sentido, é evidente a distinção entre o papel do IAEDN e o IDN, no momento da sua criação, em Portugal. Ao passo que o primeiro transmitia esclarecimentos a todos os setores da Sociedade Portuguesa no âmbito da cultura da defesa nacional e dos problemas de então, ao segundo, dada a época decorrente, exigia um elo de ligação estrito disposto a responder às necessidades das Forças Armadas.

Todavia, as mentalidades, dada a panóplia de circunstâncias e exigências vividas, forçaram a atualização do IDN.

Com a promulgação da Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas (LDNFA) nº 29/82 de 11 de dezembro de 1982, o IDN deixa de estar na dependência direta do CEMGFA para depender do Ministério da Defesa Nacional, lei que foi concretizada com o Decreto-Lei nº 46/88 de 11 de fevereiro de 1988 (Decreto-Regulamentar de 1991). Desta forma, tinha início o desvinculo militar, abrangendo mais setores da sociedade no cumprimento da sua missão. O IDN começava a caminhar no sentido de cumprir uma reflexão da defesa nacional em todos os setores da Sociedade Portuguesa não se limitando a responder às necessidades das FA.

Posteriormente, o Decreto Regulamentar nº 41/91 de 16 de agosto de 1991 traduz uma aproximação mais horizontal e abrangente à Sociedade Portuguesa, com uma maior abertura à sociedade civil, mais concretamente à não militar (Pina, 2003: 18). Apostando na criação de *“condições que possibilitem uma maior eficiência e expansão das actividades do Instituto, por forma a interessar sectores cada vez mais amplos da sociedade portuguesa para questões da defesa nacional”* (Decreto-Regulamentar de 1991). Eram assim introduzidos sinais que sugeriam uma maior preocupação por parte do Instituto em alargar o seu escopo de ação, especificamente no sentido de abranger um público-alvo mais diversificado.

Atualmente, o Instituto da Defesa Nacional rege-se pelo Decreto Regulamentar nº 41/2012 de 16 de maio de 2012. No âmbito do Compromisso Eficiência adotado pelo XIX Governo Constitucional Português apresenta-se o objetivo da *“concretização simultânea dos*

objectivos de racionalização das estruturas do Estado e de melhor utilização dos seus recursos humanos” (Decreto-Regulamentar de 2012) como sendo *“crucial no processo de modernização e de otimização do funcionamento da Administração Pública”* (Idem). Não descuidando da imprescindibilidade dos pilares da segurança e defesa como garantias da soberania do Estado e dos valores da democracia portuguesa, urge a necessidade de reforçar o *“reconhecimento de Portugal como um Estado responsável na comunidade internacional”* (Idem). Neste sentido, afigura-se imperativo a existência de *“centros portugueses de racionalização estratégica onde se possam concentrar a reflexão, a investigação e o debate sobre a segurança e a defesa nacionais”* (Idem). Neste contexto institui-se o IDN, como um *“serviço da administração direta do Estado, dotado de autonomia administrativa, científica e pedagógica”* (Decreto-Regulamentar de 2012: Artigo 1º, nº 1) que tem como missão central o *“apoio à formulação do pensamento estratégico nacional, assegurando o estudo, a investigação e a divulgação de questões de segurança e defesa”* (Decreto-Regulamentar de 2012: Artigo 2º, nº 1).

Ao IDN compete, assegurar o apoio à formulação e desenvolvimento do pensamento estratégico nacional no âmbito da segurança e defesa; cooperar com organismos públicos e privados, vocacionados para tal, para a fomentação e discussão de outras vertentes do pensamento estratégico nacional; assegurar a investigação, o estudo e a divulgação das temáticas que é de seu dever tratar (segurança e defesa); debater os grandes temas nacionais e internacionais, com destaque para a segurança e defesa; promover e reforçar as relações civis-militares e valorizar os quadros das FA, da Administração Pública, dos setores público, privado e cooperativo; contribuir para a sensibilização da Sociedade Portuguesa para as questões centrais do Instituto; fomentar a investigação nestes domínios [relações internacionais, segurança e defesa]; e cooperar com organismos internacionais (Decreto-Regulamentar de 2012: Artigo 2º, nº 2).

O IDN prossegue a sua missão e realiza as suas competências mediante valores identificados na Fig. 1.

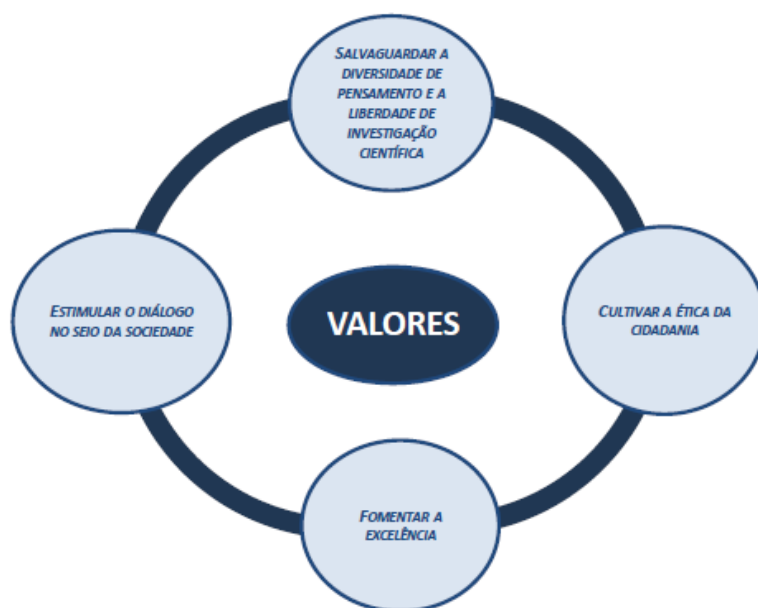


Figura 2- Valores orientadores do IDN.
 Fonte: Instituto da Defesa Nacional (2012a: 19).

No plano dos objetivos, o IDN baliza objetivos estratégicos (IDN, 2012a: 26):

- Constituir-se como um centro de prestígio para a produção do pensamento estratégico e formação para tal, nos domínios das questões de segurança e defesa nacional;
- Desenvolver-se como centro de estudo, investigação e reflexão das questões direcionadas para a segurança e defesa;
- Consolidar-se como plataforma de encontro entre, instituições responsáveis pelas questões supramencionadas, e a sociedade civil;
- Incrementar ações de cooperação de índole nacional e internacional.

E, também objetivos operacionais, quais englobam (IDN, 2012a: 27):

- Consolidar e divulgar os resultados dos projetos de investigação decorrentes;
- Organizar diferenciados cursos no domínio das suas questões de análise (segurança e defesa) para públicos-alvo específicos;
- Organizar ou participar em cursos e/ou reuniões internacionais no âmbito da sua colaboração com institutos congéneres;
- Organizar atividades direcionadas para o debate dos principais desafios que se colocam às questões de segurança e defesa no plano nacional e internacional;
- Otimizar os recursos financeiros dispensados para projetos e atividades;
- Assegurar a sustentabilidade financeira dos cursos com curta duração, com a receita advinda do pagamento de propinas pelos auditores¹;
- Promover a formação profissional de todos os colaboradores do Instituto;

¹ Auditores, designação dada no IDN, a indivíduos que frequentam os cursos no Instituto, i.e., alunos.

- Monitorizar todos os serviços prestados e alienar e promover capacidades e projetos de mudança.

A constante preocupação de atualização do Instituto da Defesa Nacional permitiu torna-se numa organização para a sociedade no seu todo, tendo-se desvinculado ao longo dos anos da excessiva ligação militar. Isto é, direcionou as suas sinergias aplicadas, quase que exclusivamente, às necessidades de cada um dos ramos das FA para a sua constituição como o principal centro português de pensamento estratégico para as questões de segurança e defesa nacional². Em suma, deixou de ser um Instituto cuja missão era responder às exigências das necessidades das FA para se transformar num Instituto esclarecedor de toda a sociedade para as questões da defesa e segurança nacional e internacional. Introduzindo nas mais variadas faixas da sociedade o desenvolvimento de uma consciência nacional de segurança e defesa por via da investigação, da educação e formação, da sensibilização e divulgação, e de parcerias e cooperação internacional. As quais, integram as atividades estratégicas que o IDN ao seu dispor utiliza como plataforma para a necessidade da permanente atualização da reflexão destas questões.

2.3. Atividades Estratégicas

Apresentado todo processo de edificação do Instituto da Defesa Nacional, aprontam-se agora imprescindíveis identificar as principais atividades estratégicas que desenvolve, em prol do cumprimento das suas atribuições. As atividades encontram-se organizadas sem nenhuma ordem específica. Estas agrupam-se em quatro grupos principais: investigação; educação e formação; sensibilização e divulgação; e parcerias e cooperação internacional³.

² Instituto da Defesa Nacional “IDN” Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/apresentacao_IDN.pdf [22 de outubro de 2013].

³ Idem.

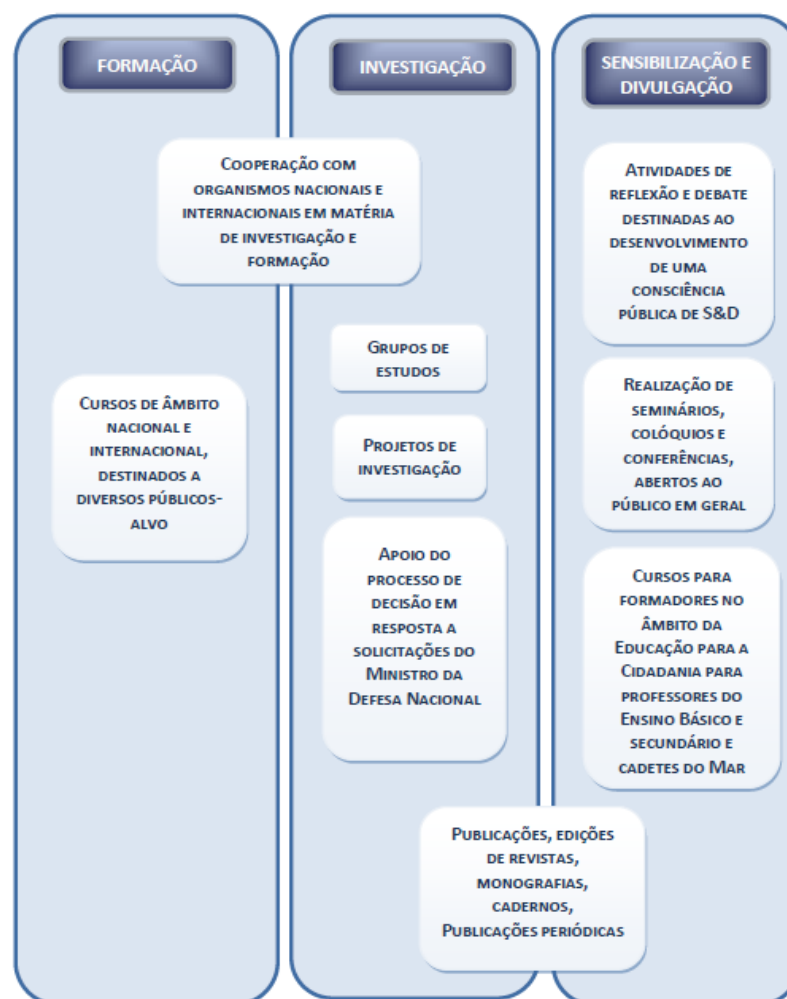


Figura 3- Principais atividades estratégicas desenvolvidas pelo IDN.
 Fonte: Instituto da Defesa Nacional (2012a: 12).

2.3.1. Investigação

A área de investigação científica do IDN tem como objetivo produzir conhecimento no âmbito das questões de segurança e defesa, mediante uma análise direcionada para as ameaças e riscos, conflitualidade, e para as políticas de segurança e defesa, quer no espaço nacional, quer no espaço internacional⁴.

Esta área integra o Centro de Estudos e Investigação (CEI) que prossegue oito linhas de investigação: política e segurança internacional; relações transatlânticas; política de segurança e defesa europeia; segurança e desenvolvimento em África; estratégia nacional de segurança e defesa; cultura de segurança e cidadania; Brasil e Atlântico Sul; o mar e o interesse nacional⁵.

⁴ Idem.

⁵ Idem.

Com o propósito de cumprir a sua missão no eixo da investigação, o IDN organiza uma série de atividades dentro das quais se incluem os grupos de estudos. A finalidade destes grupos decorre da discussão de determinado assunto - no âmbito da política externa, segurança e da defesa nacional e internacional - entre especialistas e elementos qualificados para tal. Existem atualmente sete grupos de estudos: unidade do Atlântico; política externa, de segurança e defesa europeia; Norte de África e Médio-Oriente; relações Portugal-Brasil; estratégia nacional de segurança e defesa; cibersegurança e estratégia nacional de informação; e sobre a participação portuguesa nas missões de paz⁶.

No seguimento da sua ação de investigação, existem ainda mesas redondas temáticas compostas por um número limitado de personalidades intimamente ligadas à problemática em análise. Após a introdução por especialistas nacionais e/ou estrangeiros de reconhecido mérito e qualificação, são debatidos os temas em estudo, evidentemente ligados aos domínios de especialização do Instituto (Lanhoso, 1985: 20).

Em adição, projetos de investigação, *workshops*, seminários, conferências nacionais e internacionais constituem ainda alguns dos instrumentos ao dispor da área de investigação do Instituto. Paralelamente o IDN fomenta a produção científica através da elaboração de artigos, *working papers* e livros⁷.

No Instituto é ainda possível frequentar uma Biblioteca de referência nacional, especializada nas áreas de segurança, defesa, relações internacionais, estratégia, geopolítica, política externa e ciência política. O seu catálogo bibliográfico, o repositório do IDN, *electronic journals* e a *columbia international affairs online* encontram-se informatizados, pelo que é possível, qualquer pessoa com acesso a meios informáticos e a Internet consultá-los⁸.

2.3.2. Educação e Formação

Na área da educação e formação, o Instituto faculta aos seus auditores um leque alargado de cursos, a fim de lhes proporcionar um período de reflexão sobre as temáticas da segurança e da defesa. Seguidamente serão analisadas as principais atividades direcionadas para a prossecução da missão pedagógica do IDN.

Curso de Defesa Nacional (CDN)

O Curso de Defesa Nacional “*representa a atividade de maior visibilidade, que com elevado prestígio tem criado valor acrescentado ao nível da Defesa Nacional*” (Pina, 2003: 37). Embora, já realizado no tempo do antigo Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional,

⁶ Idem.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

importa aqui tratar apenas os decorridos após 1979, e especificamente as principais reestruturações que foram sendo concretizadas até à data de hoje⁹.

Em 1979, realiza-se a título experimental, o primeiro Curso de Defesa Nacional desde a criação do IDN. O principal objetivo visava *“proporcionar aos auditores militares e civis selecionados um período de reflexão conjunta sobre os problemas de defesa nacional, com ênfase para os seus aspectos estratégicos e para a interação dos seus factores condicionantes”* (Pina, 2003: 33).

O perfil dos auditores deveria corresponder a *“civis e militares que desempenhassem, ou se encontrassem designados para desempenhar, cargos importantes relacionados com a defesa nacional e, ainda, entre os civis e militares que pudessem ter particular influência no esclarecimento da opinião pública e no desenvolvimento cultural no âmbito da defesa nacional e das Forças Armadas”* (Vieira, 1980: 176). No momento da designação de auditores, os candidatos militares seriam selecionados tendo em conta a sua experiência e futuras funções, bem como a frequência nos Cursos Superiores dos Institutos dos respetivos ramos. No que respeitava aos candidatos civis, esta função era da competência dos Ministérios, da Igreja e das Confederações e Centrais Sindicais (Vieira, 1980: 176-177).

O programa dividia-se em quatro períodos principais, a introdução, o quadro internacional, o potencial estratégico nacional e as conclusões finais (Vieira, 1980: 177-180).

Com a atualização permanente que caracteriza o Instituto, o CDN foi sendo renovado e reestruturado adaptando-se às novas realidades. De entre as numerosas alterações destacam-se:

- O alargamento da duração do Curso (Pina, 2003: 34);
- O alargamento do número de vagas a Ministérios, Empresas industriais privadas, e Empresas comerciais privadas (Pina, 2003: 34);
- O aumento do número de viagens e diversificação do seu destino (Pina, 2003: 34);
- O aumento do número de auditores, verificando-se um maior equilíbrio entre auditores civis e militares (Vieira, 1980: 175).
- A criação da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN). Produto da *“perceção de que a tomada de consciência dos problemas numa perspectiva de Defesa Nacional pode ser o que une os portugueses, a vontade de manter o contacto com o estudo de temas da Defesa e da Segurança Nacionais e o desejo de reforçar os laços pessoais estabelecidos...”* (Freire, 1981: 143). A AACDN constitui uma extensão natural do IDN, pois é consequência da vontade de prolongar a reflexão desenvolvida no Instituto (Freire, 1981: 146);
- Com o Decreto-Regulamentar nº 41/91 é feita referência à receção de um Diploma de Frequência para os auditores que tivessem concluído o CDN (Decreto-Regulamentar de 1991: Artigo 4º, nº 2). Como condições para a atribuição do Diploma era exigida a

⁹ A referência há existência do Curso, após a criação do IDN, só acontece com o Decreto-Lei nº 261/79 de 1 de agosto de 1979, *“Para cumprimento da missão expressa (...) a) organiza anualmente um curso de defesa nacional para militares e para civis dos sectores público e privado...”*.

frequência do CDN, não podendo os auditores faltar a mais de 1/10 dos tempos escolares, bem como a obrigatoriedade do Trabalho de Investigação Individual (Pina, 2003: 38);

- Durante a direção do Professor Doutor Nuno Severiano Teixeira (1996-2000) é prevista a possibilidade de países com acordos de cooperação na área militar com Portugal poderem enviar auditores para a frequência do CDN. Os primeiros a aceder à proposta foram os Angolanos no CDN de 1996 (Pina, 2003: 39).

Atualmente, o Curso de Defesa Nacional funciona como atividade pedagógica para a prossecução das atribuições delegadas ao IDN. Tem natureza de curso de estudos avançados, e tem por finalidade *“promover a reflexão e o debate junto de quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, através da investigação, estudo, sensibilização e divulgação dos grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e da defesa”* (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 1º, nº 1 e 2).

O CDN encontra-se organizado por módulos, e a sua duração é determinada anualmente pela direção do IDN (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 4º, nº 1). O plano de atividades é aprovado pelo diretor do IDN, e integra: sessões de natureza coletiva; conferências, ciclos de palestras, painéis e debates subordinados às temáticas do âmbito do Curso; sessões de orientação pessoal do tipo tutorial; tempos escolares para apresentação oral e/ou escrita de trabalhos de grupo e/ou individuais; visitas de estudo a instituições nacionais, estrangeiras e internacionais (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 4º, nº 2 e 3).

Existem dois tipos de candidatura ao CDN: designação institucional e candidatura individual (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 8º). A designação institucional funciona por convite do IDN a Ministérios e outros organismos da Administração central, regional ou local, assim como a entidades representativas da sociedade civil. Em virtude do convite estas entidades designam elementos para a frequência do Curso. Em adição, o Instituto convida ainda anualmente duas personalidades, escolhidas entre militares e civis, que preencham os requisitos gerais e especiais de admissão, que sejam considerados relevantes e uma mais-valia para a decorrência do Curso (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 10º, nº 1 e 2). No que às candidaturas individuais diz respeito, estas são apresentadas através de um requerimento dirigido ao diretor do IDN no prazo e condições anualmente definidas (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 11º, nº 1). Para a candidatura individual os candidatos deverão preencher as exigências do artigo 13º, nº 1 do Regulamento do Curso de Defesa Nacional. A seleção dos auditores é feita por uma Comissão de Seleção nomeada anualmente pelo diretor (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 14º, nº 1). Constituem requisitos gerais de admissão: ser titular de licenciatura ou grau superior, sem prejuízo de, por decisão da direção do IDN, serem admitidos candidatos cujos perfis profissionais garantam habilitação suficiente para a frequência do Curso; desempenhar funções que vão ao encontro dos objetivos do Curso; apresentar experiência profissional e

outros aspetos curriculares relevantes para a promoção de uma cultura estratégica de segurança e defesa (Regulamento do Curso de Defesa Nacional: Artigo 12º, nº 2).

Curso de Atualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (CAACDN)

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Atualização de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional. Este tem por objetivo promover a atualização e o aprofundamento dos conhecimentos anteriormente adquiridos na frequência do CDN, através de apresentações e debates sobre as transformações decorrentes no cerne das questões de segurança e defesa. O Curso divide-se em três módulos: “Quadro Geral da Segurança e Defesa”, “Segurança Cooperativa”, e “Política de Defesa Nacional”. São admitidos à frequência do CAACDN todos os cidadãos habilitados com o Curso de Defesa Nacional, ministrado pelo IDN. A seleção dos auditores é feita por um júri nomeado pelo diretor do IDN¹⁰.

Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas (CSDJ)

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas. Criado com o intuito de *“contribuir para a sensibilização e formação de quadros e futuros quadros ligados à comunicação, numa perspetiva de aprofundar a sua cultura de segurança e defesa”* (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 1º, nº 1). Organizado de forma modular, dispõe de uma panóplia de atividades ministradas através de conferências, painéis e debates subordinados às temáticas do âmbito do Curso; visitas a órgãos diretamente ligados à segurança e defesa, no âmbito nacional; realização e apresentação de trabalhos (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 4º, nº 1 e 3). Os tipos de candidatura são: designação institucional e candidatura individual (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 8º, nº 1). No que concerne às vagas institucionais estas são feitas mediante convite do IDN a entidades representativas da sociedade civil, no contexto da comunicação pública, a designarem elementos para a frequência do Curso (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 10º, nº 1). Quanto às vagas individuais deverão ser apresentadas através de um requerimento dirigido ao diretor do IDN, tendo em conta, o prazo e as condições anualmente estabelecidas (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 11º, nº 1). Poderão candidatar-se individualmente cidadãos que preencham os critérios exigidos no artigo 13º do Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas. As candidaturas são analisadas e selecionadas por uma Comissão de Seleção nomeada anualmente pelo diretor do IDN (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 14º). Os requisitos

¹⁰ Instituto da Defesa Nacional “IDN” Disponível em <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=210&area=1000> [24 de outubro de 2013].

gerais de admissão correspondem à formação, e/ou experiência profissional na área da comunicação social, comunicação pública e jornalismo; e/ou devem desempenhar funções na área da comunicação pública; são ainda relevantes a experiência profissional e outros aspetos curriculares que permitam a difusão pública de uma cultura estratégica de segurança e defesa; podem ainda ser admitidos candidatos com perfil profissional que garanta habilitação suficiente para a sua frequência no Curso (Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas: Artigo 12º, nº 2).

Curso de Defesa para Jovens (CDJ)

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Defesa para Jovens. A finalidade deste Curso prende-se com a promoção da *“sensibilização, valorização e esclarecimento dos jovens que constituem o universo dos potenciais dirigentes ou quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, através do estudo, reflexão e debate sobre os grandes problemas nacionais e internacionais com incidência no domínio da segurança e defesa”* (Regulamento do Curso de Defesa para Jovens: Artigo 1º). O Curso compreende as seguintes atividades: conferências subordinadas às questões da segurança e defesa, seguidas de debate; realização de trabalhos de grupo sobre temas diretamente ligados ao propósito do Curso, com posterior exposição oral e debate; visitas de estudo a unidades das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança, a órgãos do Poder Local, a empreendimentos ou a espaços culturais (Regulamento do Curso de Defesa para Jovens: Artigo 3º, nº 3). Quanto aos tipos de candidatura podem ser por nomeação institucional ou candidatura individual (Regulamento do Curso de Defesa para Jovens: Artigo 7º). As nomeações institucionais são feitas por convite anual do IDN à Marinha Portuguesa, ao Exército Português, à Força Aérea Portuguesa, à Guarda Nacional Republicana, e à Polícia de Segurança Pública. Estas instituições devem no seguimento do convite nomear um oficial para a frequência do Curso (Regulamento do Curso de Defesa para Jovens: Artigo 8º, nº 1 e 2). As candidaturas individuais deverão ser formalizadas através do envio de uma série de documentos definidos no artigo 9º, nº 2 do Regulamento do Curso de Defesa para Jovens, para o IDN, dentro do prazo e condições estabelecidas. No que corresponde às candidaturas individuais os candidatos deverão preencher os critérios estabelecidos no artigo 11º do Regulamento do Curso de Defesa para Jovens. A seleção dos auditores é feita por uma Comissão de Seleção nomeada anualmente pelo diretor do IDN (Regulamento do Curso de Defesa para Jovens: Artigo 12º). Segundo os requisitos gerais de admissão, todos os jovens de ambos os sexos, cuja idade esteja compreendida entre os 21 e os 30 anos de idade, que sejam titulares de licenciatura ou frequentem o Ensino Superior, e que tenham bom estado de saúde, podem ser admitidos ao CDJ. Estes critérios aplicam-se tanto às nomeações institucionais como às candidaturas individuais (Regulamento do Curso de Defesa para Jovens: Artigo 10º).

Curso Intensivo de Segurança e Defesa (CISEDE)

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso Intensivo de Segurança e Defesa. A finalidade do Curso prende-se com a promoção, reflexão e debate *“junto de quadros superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil nas Regiões Autónomas, através da investigação, estudo, sensibilização e divulgação dos grandes problemas nacionais e internacionais com incidência nos domínios da segurança e da defesa”* (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 1º). Este Curso tem formato modular, estando previstos a realização de três módulos sobre *“O Quadro Geral de Segurança e Defesa”, “A Política de Defesa Nacional”, “A Realidade Regional no campo da Segurança e Defesa”* (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 3º, nº 1). O Curso destina-se, prioritariamente, a cidadãos portugueses residentes nas Regiões Autónomas contudo, poderão ser admitidas candidaturas de outras nacionalidades que perspetivem uma mais-valia para a prossecução do Curso (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 7º, nº 1 e 2). Existem dois tipos de candidatura: designação institucional e candidatura individual (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 8º). Face à designação institucional cumpre ao IDN convidar anualmente organismos da Administração central, regional ou local, das Forças Armadas, das Forças e Serviços de Segurança, bem como entidades representativas da sociedade civil, a designarem elementos para a frequência do Curso (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 9º, nº 1). As candidaturas individuais deverão ser apresentadas nos modelos disponibilizados na página *web* do IDN e endereçadas ao diretor do IDN, dentro do prazo definido, serão posteriormente analisadas por uma Comissão de Seleção (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 11º, nº 1 e 3). Os critérios gerais de admissão definem a necessidade dos cidadãos serem titulares de licenciatura ou grau superior, sem prejuízo de, por decisão da direção do IDN, serem admitidos candidatos cujo perfil profissional garanta uma mais-valia para a sua frequência no Curso; desempenharem funções que vão ao encontro dos objetivos do Curso; e possuir experiência profissional e outros aspetos curriculares relevantes para a promoção de uma cultura estratégica de segurança e defesa (Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa: Artigo 13º, nº 1 e 2).

Curso de Gestão Civil de Crises (CGCC)

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Gestão Civil de Crises que visa *“contribuir para a sensibilização e formação de quadros intermédios e superiores das estruturas do Estado e da sociedade civil, habilitando-os a intervir em questões relacionadas com crises em ambientes multilaterais”* (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 1º, nº 1). Este Curso organiza-se de forma modular e compreende as seguintes atividades: sessões de natureza coletiva; conferências, ciclos de palestras, painéis e debates subordinados às temáticas do âmbito do Curso; e um exercício

prático no quadro de uma operação de gestão de crises (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 4º, nº 1 e 3). As candidaturas são feitas por meio de designação institucional ou candidatura individual (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 8º). A designação institucional é feita mediante convite do IDN a Ministérios e outros organismos da Administração central, regional ou local, bem como a entidades representativas da sociedade civil para designarem elementos para a frequência do Curso (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 10º, nº 1). As candidaturas individuais deverão preencher os requisitos do artigo 13º do Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises e posteriormente apresentadas através de requerimento dirigido ao diretor do IDN, no prazo e condições definidas (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 11º, nº 1). As candidaturas individuais são analisadas por uma Comissão de Seleção nomeada anualmente pelo diretor do IDN (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 14º, nº 1). Os candidatos deverão ser titulares de licenciatura ou grau superior, sem prejuízo de, por decisão da direção do IDN, serem admitidos candidatos cujo perfil profissional garanta uma mais-valia para a sua frequência no Curso; desempenhar funções que vão ao encontro dos objetivos do Curso; e possuir experiência profissional e outros aspetos curriculares relevantes para a promoção de uma cultura estratégica de segurança e defesa (Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises: Artigo 12º, nº 2).

Curso de Análise de Dinâmicas Regionais de Segurança e Defesa

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Análise de Dinâmicas Regionais de Segurança e Defesa. Tem natureza de curso de estudos avançados e visa proporcionar informação, estabelecer espaços de reflexão e debate sobre as questões de segurança e defesa nos quadros regional e internacional. É ministrado segundo uma estrutura modular, onde as palestras e debates prosseguem os seguintes vetores de análise: identidades, interesses e políticas; desafios emergentes no plano da segurança; conflitos regionais; e fatores económicos. Os principais destinatários deste Curso são funcionários dos Ministérios da Defesa Nacional, dos Negócios Estrangeiros e da Administração Interna; elementos da carreira diplomática; oficiais das Forças Armadas e das Forças e Serviços de Segurança; docentes universitários e do ensino secundário; jornalistas que se dediquem a estas questões; estudantes universitários das áreas de ciência política e relações internacionais, no mínimo habilitados com o grau de licenciatura¹¹. Os critérios de seleção implicam que os candidatos sejam titulares de licenciatura ou grau superior, sem prejuízo de, por decisão da direção do IDN, serem admitidos candidatos cujo perfil profissional garanta uma mais-valia para a sua frequência no Curso; desempenhem funções que vão ao encontro

¹¹ Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=220&area=1100> [24 de outubro de 2013].

dos objetivos do Curso; possuam experiência profissional que enriqueça o Curso; e valorizem-se candidaturas do setor privado¹².

Curso de Formação de Formadores dos “Cursos de Voluntários da Defesa”

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Formação de Formadores dos “Cursos de Voluntários da Defesa”. Este tem por objetivo, qualificar os auditores a lecionarem voluntariamente o quadro teórico dos Cursos de Voluntários da Defesa que, posteriormente, serão ministrados, especificamente, aos “Cadetes do Mar” e aos “Cadetes do Exército” de Portugal. A este Curso podem candidatar-se: antigos auditores dos Cursos de Defesa Nacional e de Defesa para Jovens; militares dos quadros permanentes das Forças Armadas; e dirigentes da Associação de Escoteiros de Portugal e do Corpo Nacional de Escutas¹³.

Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias (SSDJP)

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias. A finalidade do Seminário prende-se com a *“sensibilização, valorização e o esclarecimento de representantes das juventudes partidárias com representação parlamentar, através da promoção da reflexão e debate sobre os grandes problemas nacionais e internacionais, com incidência no domínio da segurança e da defesa”* (Regulamento do Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias: Artigo 1º). Compreende sessões sobre temas diretamente ligados às questões da segurança e defesa, seguidas de debate (Regulamento do Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias: Artigo 3º, nº 2). Os auditores do SSDJP são nomeados pelas juventudes partidárias com base em critérios previamente definidos pelo IDN: ser cidadão português; ter idade compreendida entre os 18 e os 30 anos; e frequentar o Ensino Superior (Regulamento do Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias: Artigo 4º, nº 1).

Curso de Cidadania e Segurança

Com o propósito de cumprir a sua missão pedagógica, o IDN organiza anualmente o Curso de Cidadania e Segurança. A principal finalidade é consciencializar e equipar os professores do Ensino Básico e Secundário para a problemática da segurança e da defesa, no contexto de uma cidadania ativa. Em adição apresentar metodologias de ensino para uma

¹² Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=220&area=1140> [24 de outubro de 2013].

¹³ Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1001&area=1400> [24 de outubro de 2013].

educação para a segurança e defesa. Os destinatários são os professores do Ensino Básico e Secundário¹⁴.

Outras atividades no âmbito pedagógico

- Pós-graduação em Estudos Estratégicos e de Segurança (uma parceria IDN/Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa)¹⁵;
- Curso de “Informações em Democracia”¹⁶;
- Curso de especialização de 2º ciclo “Políticas Públicas de Segurança e Defesa Nacional (uma parceria IDN/ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa)”¹⁷.

2.3.3. Sensibilização e Divulgação

Com o propósito de cumprir a sua missão de sensibilização e divulgação das questões de segurança e defesa, a atual linha editorial do IDN inclui:

A Revista “Nação e Defesa”

Primeiramente editada pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Estado-Maior do Exército, a publicação da Revista “Nação e Defesa” teve início em abril de 1976. Todavia, em 1977, a responsabilidade da edição da Revista é atribuída ao IDN pelo Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas. A 15 de setembro de 1977 o Valm Leonel Cardoso definiu que os artigos a serem publicados na Revista teriam que ser originais, e também constituíam o produto de trabalhos apresentados em colóquios realizados no Instituto ou em instituições selecionadas ao acaso (Pina, 2003: 31). As páginas desta Revista constituem um espaço onde são publicados trabalhos que apresentam “*conceitos novos em substituição de outros...*” onde não se pretende “*indicar caminhos (...) nem recomendar soluções (...) Pretende-se (...) despertar o interesse (...) estimular o debate construtivo...*” (Vieira, 2007: 5) para que, “*o cidadão nacional e as suas Forças Armadas*” encontrem “*o gráfico possível (...) de sucessivos e fundamentais aspectos da situação do País*” (Pina, 2003: 32). Em janeiro de 1978 o IDN passou a publicar regularmente a revista, que constitui hoje um veículo de divulgação da doutrina da segurança e defesa (Cardoso, 1987: 86).

¹⁴ Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1000&area=1320> [24 de outubro de 2013].

¹⁵ Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_cursos_2013.pdf [26 de outubro de 2013].

¹⁶ Idem.

¹⁷ Idem.

NUNCA ANTES

“NUNCA ANTES” é uma edição do IDN que inclui cerca de 40 artigos ligados à segurança e defesa no mundo, redigidos por reconhecidos especialistas e personalidades portuguesas militares e civis¹⁸.

Colecção ATENA

A colecção ATENA é uma publicação do IDN, editada desde 1998, e constitui um espaço de reflexão e debate plural sobre o quadro teórico das relações internacionais, estratégia, segurança e defesa¹⁹.

Outras Publicações

IDN *BRIEF; NEWSLETTER*; IDN Cadernos; 4 Palestras General Câmara Pina; 14 números da Colecção Defesa Nacional (até 1997); Co-edições (História Diplomática Portuguesa; As Informações em Portugal; e A Política de Defesa Nacional); Edições Patrocinadas (Acolher ou Vencer?; Da Estratégia; Estratégia, vol. X; e Estratégia, vol. IX); *E-Briefing Papers*²⁰.

2.3.4. Parcerias e Cooperação Internacional

Com o propósito de cumprir a sua missão no âmbito do reforço das suas relações de cooperação nacional e internacional e de se constituir como plataforma de encontro entre instituições de segurança e defesa nacional e a sociedade, o IDN tem vindo a desenvolver uma panóplia abrangente de parcerias e protocolos com diversas instituições. Integram nestas parcerias e protocolos: Universidades, Estabelecimentos de Ensino Superior Militar, Associações/Fundações, Centros de Investigação, Institutos e Organismos Públicos, Centros de Formação e Instituições Internacionais²¹. As parcerias envolvem ainda: participação em reuniões organizadas no estrangeiro - exemplo disso são as reuniões dos diretores dos Colégios de Defesa NATO (*North Atlantic Treaty Organization*); as reuniões dos diretores dos Colégios de Defesa Ibero-Americanos; reuniões no âmbito do Comité Académico 5+5; intercâmbios com institutos congéneres; e integração no portal da Associação de Colégios de Defesa Ibero-americanos (IDN, 2012a: 25). São exemplo de algumas atividades de cooperação e parcerias de índole internacional levadas a cabo pelo IDN em parceria com outras Instituições (IDN, 2012a: 24-25):

¹⁸ Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=1400&area=000> [24 de outubro de 2013].

¹⁹ Idem.

²⁰ Idem.

²¹ Instituto da Defesa Nacional “IDN” Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php?mod=003&area=8> [24 de outubro de 2013].

- O Curso de Gestão de Crises no âmbito do Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) da União Europeia;
- O Curso de Reforma do Setor de Segurança no âmbito do Colégio Europeu de Segurança e Defesa (CESD) da União Europeia;
- Projetos de investigação conjuntos internacionais;
- *High Level Course* no âmbito da iniciativa 5+5 em parceria com o CESEDEN (*Centro Superior de Estudos de la Defensa Nacional de España*);
- Participação em atividades externas - no Curso de Altos Estudos Estratégicos para Oficiais Superiores Ibero-Americanos; e na edição anual dos colóquios C4.

2.3.5. Outras Atividades

Ao longo dos anos o IDN organizou um leque de atividades, as quais já não se realizam atualmente, mas que cumpre o dever de as referenciar pelo marco que tiveram na época.

Entre elas:

- O Estágio Interforças que se destinava a oficiais dos três ramos das Forças Armadas que tivessem o posto de Capitão-de-mar-e-guerra ou Coronel, após frequentarem os Cursos Superiores ministrados nos respetivos institutos (Lanhoso, 1984: 13). Estes estágios tinham como finalidade, através de informação adicional e do estudo conjunto, refletir sobre os problemas de grande interesse inerentes aos três ramos das Forças Armadas bem como as dinâmicas da defesa nacional (Silva, 1987: 105).
- O Estágio de Estado-Maior Conjunto destinava-se a oficiais dos três ramos das Forças Armadas que tivessem o posto de Major ou Tenente-Coronel e de Capitão-Tenente ou de Capitão-de-Fragata. Tinha como finalidade preparar oficiais para trabalhos de Estado-Maior em elevados postos de comando ou de Estados-Maiores conjuntos ou combinados (Magalhães, 1983: 14).
- O estudo “O País que Somos”. Foi atribuída ao IDN - pela Diretiva 3/77 pelo Vice-Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas - a tarefa de organizar e realizar um estudo que se focasse na análise da situação nacional em termos de potencialidades e vulnerabilidades a fim de serem definidos objetivos estratégicos nacionais e uma política de defesa nacional (Pina, 2003: 31). Isto é, que pudessem constituir um instrumento ao dispor dos responsáveis pela condução da definição de uma política de defesa e que assegurasse os interesses nacionais, bem como a definição de uma estratégia que permitisse alcançar os objetivos nacionais (Cardoso, 1987: 87). Para o cumprimento da tarefa o Valm Leonel Cardoso nomeou um grupo de trabalho que de 23 de janeiro a 16 de março de 1978, por meio de conferências que contaram com a participação de individualidades altamente qualificadas, forneceram elementos esclarecedores para o cumprimento do objetivo que o estudo visava alcançar. Este estudo foi sendo atualizado, constituindo as mais importantes atualizações as de 1981,

1982 e 1994 (Pina, 2003: 31). *“O País que Somos, não pretendia, constituir em estudo exaustivo mas, mais um instrumento de informação, dinâmico, que deveria ser continuamente revisto e atualizado”* (Cardoso, 1987: 87).

- A Comissão para o estudo e reorganização do Ensino Superior Militar. Criada em agosto de 1976, por despacho do Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, visava estudar a reestruturação do Ensino Superior Militar. No seguimento de uma orientação geral previamente aprovada pela Comissão Militar do Conselho da Revolução, que focava a criação de uma Universidade Militar comum aos três ramos das Forças Armadas que ministrasse a parte inicial em comum, completada posteriormente por faculdades específicas a cada ramo (Pina, 2003: 28-29).

Atualmente, o IDN faz ainda parte de importantes estudos por iniciativa própria ou por solicitação de órgãos governamentais, especialmente do Ministério da Defesa Nacional, cumprindo desta forma uma missão de apoio às esferas de decisão nos problemas ligados à segurança e defesa nacional e internacional. Sendo assim, o trabalho do IDN considerado pelos responsáveis políticos, incluindo mesmo a sua tradução ao nível legislativo (Santos, 2006: 7-8). Como exemplo disso, apresentam-se as várias participações nas conceções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, sendo o último datado de 2013, onde não só participou ao nível da sua conceção mas também participa ativamente no acompanhamento do cumprimento das agendas definidas.

Como refere Santos (2006: 7) *“Toda esta intensa e extensa atividade tem constituído um forte impulso no reforço da compreensão da realidade da problemática da Defesa Nacional...”*.

2.4. Competências do Quadro Orgânico

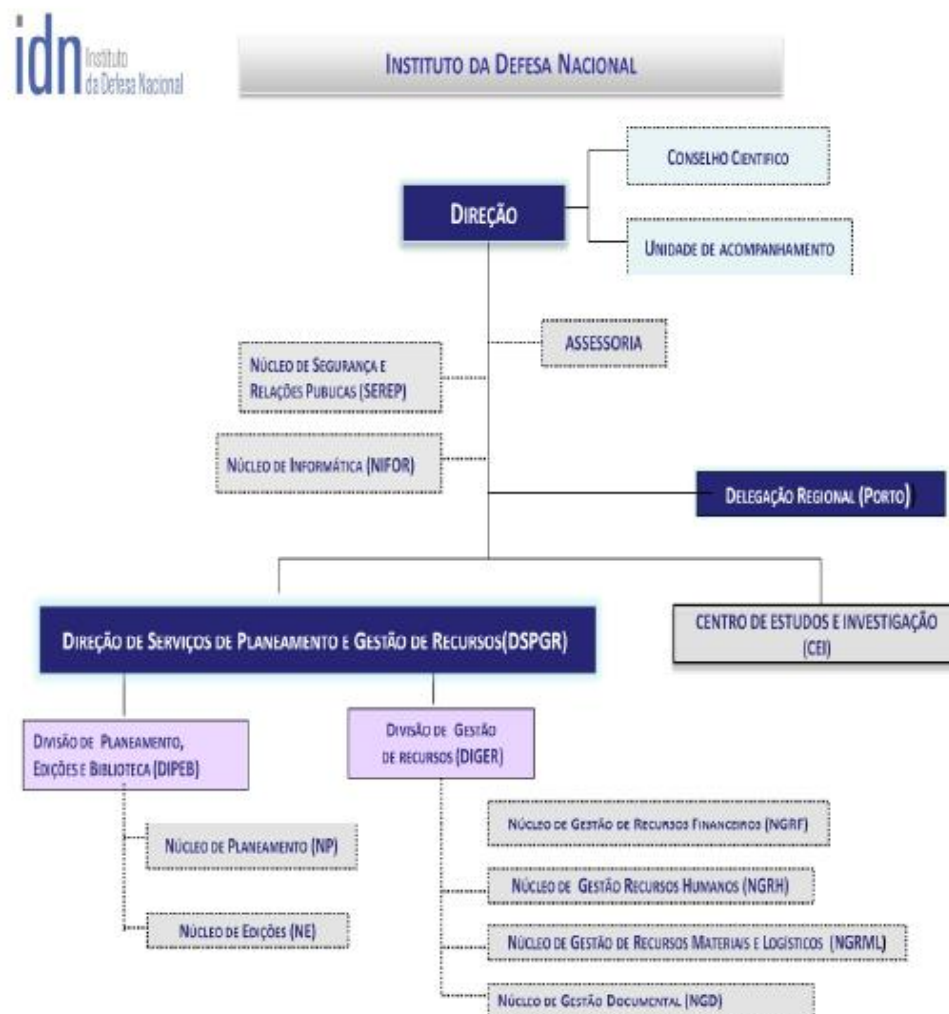


Figura 4- Organograma do IDN.
 Fonte: Instituto da Defesa Nacional (2012a: 10).

Atualmente, o Instituto da Defesa Nacional conta com uma composição orgânica que prossegue o decretado pelo diploma do Decreto-Regulamentar nº 41/2012 e pela Portaria nº 264/2012.

Nos termos do artigo 4º, nº 1 do Decreto-Regulamentar nº 41/2012, o IDN é dirigido por um diretor-geral que não só dirige como orienta toda a ação dos órgãos e serviços do Instituto. Adaptando desta forma a direção à atual realidade económica do país, prossequindo os objetivos definidos pelo Compromisso Eficiência adotado pelo XIX Governo Constitucional Português, direcionados para a otimização das estruturas do Estado, e melhor utilização dos recursos humanos a seu dispor (Decreto-Regulamentar de 2012). Uma nova reestruturação face ao antigo diploma de 1991 - Decreto-Regulamentar nº 41/91 de 16 de agosto de 1991 - onde a direção previa a existência de um diretor e um subdiretor que o deveria representar [ao diretor] na sua ausência (Decreto-Regulamentar de 1991: Artigo 9º, nº 2 e Artigo 10º, nº 2).

Ao abrigo do artigo 3º, nº 2 do Decreto-Regulamentar nº 41/2012 e do artigo nº 1 da Portaria nº 264/2012, foram introduzidos como órgãos do IDN o Conselho Científico e a Unidade de Acompanhamento. Além disso, o Instituto adapta a sua estrutura nuclear numa unidade orgânica designada Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos (DSPGR).

O Conselho Científico é um órgão colegial, de natureza consultiva, ao qual cumpre apoiar o diretor-geral no exercício das suas funções. É constituído pelo diretor-geral, por elementos do corpo de investigação, assessores do IDN e por personalidades, militares ou civis, de reconhecido mérito e qualificação nas questões ligadas à segurança e à defesa (Decreto-Regulamentar de 2012: Artigo 5º, nº 1 e 2).

A Unidade de Acompanhamento exerce funções de avaliação e aconselhamento interno através da análise regular do funcionamento do IDN e da emissão de pareceres adequados, especificamente, sobre o plano e relatório de atividades do Instituto. É composta por cinco membros selecionados entre especialistas e individualidades externas, nacionais ou estrangeiras, de reconhecido mérito e qualificação no quadro das atividades do IDN (Decreto-Regulamentar de 2012: Artigo 6º, nº 1, 2 e 3).

A Assessoria é composta por todos os assessores do IDN que exercem competências ligadas ao estudo e investigação no âmbito das atribuições do Instituto e apoiam a implementação e coordenação do plano anual de atividades (IDN, 2010: 6).

O Núcleo de Segurança e Relações Públicas (SEREP) tem como funções basilares programar e divulgar todas as atividades desenvolvidas pelo IDN; assegurar a prossecução do protocolo, bem como os contactos com os órgãos da comunicação social; exercer funções de segurança; e requisitar material que seja necessário ao desenvolvimento das variadas atividades do Instituto (IDN, 2010: 14).

Ao Núcleo de Informática (NIFOR) compete o apoio aos utilizadores informáticos assim como, a garantia da funcionalidade dos sistemas informáticos. Cumpre ainda ao NIFOR assegurar a manutenção e o funcionamento da parte logística e técnica de todos os auditórios, particularmente no que diz respeito ao equipamento audiovisual, durante os vários eventos levados a cabo pelo Instituto. É também seu dever requisitar serviços de assistência técnica e de manutenção dos equipamentos (IDN, 2010: 14).

A Delegação Regional situada no Porto ocupa-se da organização e realização de conferências; da coordenação de atividades de formação; da organização do Curso de Defesa Nacional no Porto; e garante ainda a cedência de instalações a outras instituições (IDN, 2010: 16).

A Direção de Serviços de Planeamento e Gestão de Recursos assegura uma série de atividades diretamente ligadas ao planeamento e coordenação das atividades estratégicas do IDN, bem como o planeamento e a gestão de recursos humanos e financeiros, e ainda assegura o funcionamento e a gestão patrimonial, documental e logística dos serviços e equipamentos (Portaria de 2012: Artigo 2º).

A DSPGR subdivide-se em duas divisões: Divisão de Planeamento, Edições e Biblioteca (DIPEB) e a Divisão de Gestão de Recursos (DIGER) (Despacho de 2009).

À luz do artigo 1º do Despacho nº 25322/2009, o DIPEB deverá assegurar as ações diretamente ligadas à coordenação, programação e divulgação de todos os cursos ministrados no IDN; acompanhar o planeamento de toda a ação ligada ao desenvolvimento de eventos, projetos de investigação, estudos e trabalhos nos domínios científicos; orientar todas as atividades de debate e formação; apoiar a formulação do plano e relatório anual de atividades bem como todos os outros instrumentos de gestão estratégica; apoiar a produção de artigos científicos no âmbito das atividades desenvolvidas pelo Instituto; gerir o Centro Editorial, o Arquivo e a Biblioteca do Instituto; assegurar a coordenação da produção, recolha, difusão e depósito das publicações e qualquer outro material de cariz científico de apoio às atividades desenvolvidas pelo IDN; acompanhar o estabelecimento de protocolos e parcerias com instituições nacionais e internacionais; promover a edição dos meios de divulgação científicos para as questões da segurança e defesa; definir e executar um plano de classificação e manter atualizado todo o catálogo documental e bibliográfico.

À luz do artigo 2º do Despacho nº 25322/2009, a DIGER deverá garantir a elaboração do plano e relatório anual de atividades do Instituto; assegurar os procedimentos de candidatura adequados a pedidos de financiamento e à participação em programas de atividades financiadas; assegurar a prossecução do planeamento anual e das ações de formação; assegurar toda a coordenação, planeamento e gestão dos recursos humanos, financeiros, patrimoniais e logísticos do Instituto.

O Centro de Estudos de Investigação é composto por uma equipa multidisciplinar que tem como objetivo desenvolver projetos de investigação e estudos devidamente aprovados pelo diretor-geral (IDN, 2012a: 9).

Apesar do seu magro corpo orgânico, ao longo dos anos, o Instituto conseguiu desmarcar-se como um prestigioso centro de pensamento da cultura estratégica de segurança e defesa. A sua edificação, e a panóplia de atividades cumpridas em prol das suas atribuições, só é possível com um quadro orgânico que se apresente qualificado, e que com mérito desenvolva aquilo que lhe compete, como decorre no Instituto da Defesa Nacional.

Capítulo III - Estágio Curricular no Instituto da Defesa Nacional

Constituindo o presente trabalho um Relatório de Estágio Curricular, cumpre agora, numa terceira parte, analisar toda a componente direcionada para as atividades que o integraram.

Neste capítulo serão esclarecidos os pontos de partida para prossecução do estágio i.e. o projeto e toda a envolvente no espectro de objetivos e perspetivas. Seguidamente serão descortinadas as atividades desenvolvidas e, por último, será feita uma reflexão crítica que compreende a relação entre as perspetivas e os resultados alcançados, bem como a introdução de resolução de problemas decorridos nas atividades ou propostas de melhoria das mesmas.

3.1. Objetivos e Metodologias

O estágio foi desenvolvido no âmbito do 2º ano do Mestrado em Relações Internacionais, na Universidade da Beira Interior (UBI), e no quadro de uma parceria estratégica entre a UBI e o Instituto da Defesa Nacional. O presente relatório é o resultado de quatro meses de trabalho.

Numa primeira fase, ao projeto de estágio incumbia a missão de arquitetar os objetivos, as justificações e as metodologias a adotar, assim como, esboçar as atividades a serem cumpridas durante a atividade de estágio (Ver Anexo B).

Para o presente estágio foram assinalados os seguintes objetivos:

- Adquirir competências técnicas e intelectuais ligadas aos projetos desenvolvidos no quadro da segurança e defesa pelo IDN;
- Aprofundar o conhecimento sobre a orgânica e funcionamento do IDN;
- Aprofundar o conhecimento sobre o papel do IDN na Sociedade Portuguesa;
- Desenvolver capacidades de resolução de problemas e/ou projetos levados a cabo pelo IDN;
- Estabelecer contacto direto com projetos do IDN;
- Contribuir para a programação/planeamento de eventos;
- Desenvolver o pensamento estratégico nos domínios da segurança e defesa nacional portuguesa;
- Contactar com organismos nacionais e internacionais ligados ao quadro da segurança e defesa;
- Adaptar competências adquiridas no âmbito da Licenciatura em Ciência Política e Relações Internacionais e em Mestrado em Relações Internacionais (1º Ano);
- Adquirir experiência organizacional e profissional necessária para a entrada no mercado de trabalho;
- Desenvolver *networking* de contactos pessoais e profissionais;

- Desenvolver competências comportamentais transversais.

A seleção do Instituto foi feita com base numa série de fatores, de entre os quais a sua atividade - sensibilização para o pensamento estratégico em segurança e defesa - que constitui uma das principais áreas de interesse pessoais da estagiária. A pertinência dos temas abordados nesta Instituição é conhecida, nomeadamente, através dos diversos cenários de conflitos que deflagram na atualidade. A adicionar à relevância nacional e internacional do Instituto, cumpre sublinhar que a mesma se encontra diretamente ligada à área de formação da estagiária - Ciência Política e Relações Internacionais. Localiza-se em Lisboa, Portugal, o que tem também um peso significativo, por motivos logísticos. É ainda considerado um excelente ponto de partida, que contribuirá positivamente para a formação da estagiária como pessoa, a nível profissional e intelectual.

Como objeto de estudo para o presente relatório foi definido, numa primeira dimensão, o Instituto (IDN) e, numa segunda dimensão, as atividades de estágio preconizadas pela estagiária.

Importa por fim esclarecer as metodologias adotadas para a prossecução do Relatório de Estágio, que se focaram fundamentalmente na análise de bibliografia relevante e de notas recolhidas ao longo do período de estágio. A estagiária recorreu numa primeira dimensão, para a redação do primeiro e segundo capítulos, à análise de artigos científicos, de documentos oficiais, e de discursos de antigos diretores do Instituto. Numa segunda dimensão, para a execução do terceiro capítulo, a estagiária cumpriu todas as atividades previstas no Cronograma inicial de atividades, desempenhando inclusive mais do que as inicialmente esboçadas. Como metodologia de trabalho para a redação e análise de todas as atividades desenvolvidas durante o período de estágio curricular no IDN a estagiária recolheu, paralelamente, ao longo dos meses de trabalho notas que serviram de instrumento de apoio ao terceiro capítulo bem como, a uma Análise *SWOT* (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) com vista a fazer o balanço entre as perspetivas iniciais e os resultados obtidos.

3.2. Descrição e Análise: Atividades desenvolvidas no Estágio Curricular

Para a descrição e análise das atividades desenvolvidas no âmbito do estágio curricular no Instituto da Defesa Nacional, a estagiária elaborou uma tabela, por forma a esquematizar e simplificar o que este subcapítulo deve informar e esclarecer (Ver Tabela 1). Todas as atividades desenvolvidas apresentam-se ordenadas de forma cronológica.

Atividade	Âmbito da atividade no quadro das atividades estratégicas do IDN	Atividades executadas pela estagiária	Coordenador da atividade	Contributo da atividade para a estagiária	Avaliação crítica dos resultados obtidos

Tabela 1 - Quadro de descrição e análise das atividades de estágio.
 Fonte: Elaborada pela autora.

Numa fase inicial, o Prof. Doutor António Paulo Duarte apresentou, informou e esclareceu os diversos núcleos de trabalho com os quais a estagiária iria contactar diretamente durante o período de estágio, entre eles:

- O núcleo de planeamento (a cargo do Major Ribeiro);
- O núcleo de relações públicas (a cargo do Sargento-Mor Navarro);
- As edições (a cargo do Tenente-Coronel Alexandre Carriço);
- O centro de estudos e investigação (a cargo da Prof. Doutora Isabel Nunes);
- E, todos os restantes colaboradores do IDN e edifício.

O contacto inicial da estagiária com todos os colaboradores do Instituto produziu desde logo ligações que, contribuíram de forma positiva para o desenvolvimento profícuo de todas as atividades durante o estágio curricular.

3.2.1. Grupos de Estudos

Grupo de Estudos História e Memória

Durante a primeira semana de setembro, a estagiária colaborou na organização da edição do livro sobre a História-Memória do Instituto da Defesa Nacional, sob coordenação do Prof. Doutor António Paulo Duarte. Esta atividade inseriu-se no âmbito das missões de investigação, edição e divulgação do IDN, onde a estagiária colaborou na organização e revisão de textos que constituirão um livro sobre a história do Instituto.

Este pequeno trabalho contribuiu de forma positiva para a redação do relatório de estágio, especificamente na caracterização do Instituto. Elucidando a estagiária do que foi e como se constituiu o Instituto da Defesa Nacional.

A avaliação que a estagiária faz da atividade é positiva pelo contributo que teve na redação do presente trabalho e também pelo conhecimento que proporcionou. Inclusive, na perspetiva da mesma [da estagiária] a primeira parte do presente relatório poderá integrar

um instrumento de apoio na contextualização do objetivo que este grupo de estudos visa alcançar.

Grupo de Estudos do Atlântico (4ª Reunião)

No dia 4 de setembro de 2013, a estagiária colaborou na coordenação e funcionamento da quarta reunião do grupo de estudos do Atlântico subordinada à temática “A Segurança Energética no Atlântico”, sob coordenação do Coronel João Barbas. A presente atividade decorreu no âmbito da missão de investigação do IDN, onde a estagiária colaborou na coordenação e funcionamento da sessão; redigiu o relatório com os principais resultados sobre a mesma; e assistiu à reunião.

A atividade contribuiu diretamente e de forma positiva para a redação do presente relatório, dada a exigência do coordenador na redação do relatório da sessão supramencionada. A sessão foi construtiva, onde a estagiária teve a oportunidade de desenvolver a sua capacidade de reflexão sobre as questões do quadro energético. Ademais, proporcionou espaços de contacto com figuras de elevado prestígio no quadro das Forças Armadas, do corpo diplomático, académico e outros. E ainda, contribuiu para a formação profissional da estagiária no âmbito do planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz da atividade é positiva. O relatório da atividade constituiu mais um instrumento ao dispor da esfera de decisão política, especificamente, de Sua Excelência o Ministro da Defesa Nacional, no âmbito da definição da estratégia de defesa nacional, particularmente, no quadro do espaço atlântico.

Grupo de Estudos sobre Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia (10ª Reunião)

Durante o mês de novembro, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades referentes à 10ª reunião do grupo de estudos sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia” subordinada ao tema “Relações de cooperação UE-NATO”, sob coordenação da Prof. Doutora Isabel Ferreira Nunes. A atividade inseriu-se na missão de investigação do IDN, onde a estagiária colaborou:

- No contacto com o conferencista estrangeiro, com o propósito de lhe garantir toda a informação necessária para a sua presença na sessão;
- Apoiou na elaboração da nota biográfica sobre o conferencista;
- Apoiou na redação dos ofícios convite formais a enviar aos membros do grupo de estudos e controlou as respostas ao convite mencionado;
- Assegurou a receção do conferencista no aeroporto;
- Assegurou a receção dos membros do grupo de estudos;
- Assistiu à sessão.

O presente grupo de estudos teve um contributo bastante positivo na formação da estagiária, pela aproximação direta à sua área de formação - Relações Internacionais. A atividade proporcionou-lhe:

- O contacto direto com personalidades de reconhecido mérito e qualificação, dentre elas o conferencista estrangeiro e os membros do grupo de estudos que, constituem um grupo restrito convidado habitualmente pelo IDN a participarem nestas sessões, circunscritas aos seus membros convidados;
- O desenvolvimento do domínio da língua inglesa e da sua capacidade de adaptação do discurso perante individualidades de elevada qualificação, fruto do contacto direto com o conferencista estrangeiro;
- O amadurecimento e desenvolvimento da sua capacidade de refletir e pensar as questões subjacentes ao grupo de estudos, importantes pela sua atualidade e pela sua relevância no quadro do sistema internacional;
- O contacto direto com o planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

O grupo de estudos integrou o leque de atividades bastante positivas que o IDN organiza em prol da investigação e reflexão das dinâmicas associadas à cultura da segurança. Constituiu mais um instrumento de conhecimento à disposição dos seus membros participantes, que representam elites ligadas direta ou indiretamente à esfera de decisão política. Em adição, o relatório da sessão, cujo compacta as principais conclusões, coloca mais um instrumento ao dispor da esfera de decisão política no âmbito das questões da defesa nacional, particularmente, da integração de Portugal na UE e na NATO.

Grupo de Estudos do Atlântico (6ª Reunião)

No dia 4 de dezembro de 2013, a estagiária colaborou na coordenação e funcionamento da sexta reunião do grupo de estudos do Atlântico subordinada à temática “A dimensão multilateral nas relações transatlânticas”, sob coordenação do Coronel João Barbas. A presente atividade decorreu no âmbito da missão de investigação do IDN, onde a estagiária colaborou na coordenação, funcionamento e participou na sessão.

A reunião em si foi construtiva, apesar de ter existido um hiato entre o tema em questão e o que foi efetivamente abordado. Todavia, constituiu, para a estagiária, uma fonte de produção de conhecimento e de reflexão sobre as questões ligadas à Índia. Proporcionou o contacto com figuras ilustres no quadro das Forças Armadas, do corpo diplomático, académico e outros. Contribuiu para a formação profissional da estagiária no âmbito do planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz da atividade é positiva. O relatório da sessão, cujo compacta as principais conclusões, coloca mais um instrumento ao dispor da esfera de decisão política no âmbito das questões da defesa nacional.

3.2.2. Cursos de Formação

Curso de Defesa para Jovens

Durante o mês de setembro e metade do mês de outubro, a estagiária colaborou na coordenação e no funcionamento de todas as atividades relativas ao XIV Curso de Defesa para Jovens, sob coordenação do Coronel Luís Figueiredo. A atividade inseriu-se no âmbito da missão de formação do IDN, onde a estagiária:

- Colaborou na coordenação e funcionamento do curso;
- Assegurou a receção dos conferencistas;
- Controlou a assiduidade dos auditores às diversas atividades;
- Atualizou a plataforma *moodle* com a documentação facultada pela direção do curso e pelos conferencistas;
- Participou em todas as atividades previstas no programa do curso;
- Encarregou-se da alocução na cerimónia de encerramento;
- Colaborou na organização e produção do CD final a ser entregue aos auditores.

O XIV Curso de Defesa para Jovens contribuiu para:

- A formação intelectual da estagiária, produto da sua participação nas variadas conferências subordinadas aos mais diversos temas, no âmbito da problemática da segurança e defesa, lecionadas por figuras de alto prestígio tanto do cerne das Forças Armadas como do meio académico e outros;
- A sensibilização da estagiária para as questões ligadas à segurança interna e externa, produto das visitas ao Exército Português, à Marinha Portuguesa, à Força Aérea Portuguesa, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública, e à Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- O contacto direto da estagiária com figuras de elevado prestígio no quadro das Forças Armadas, do corpo académico e outros;
- A formação profissional da estagiária no quadro do planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz do curso é positiva. No que toca à componente teórica do curso, os conferencistas, na sua generalidade, foram claros e sucintos. As visitas decorreram dentro dos planos traçados e constituíram uma mais-valia para os auditores, que puderam alienar as sessões teóricas às práticas, através do contacto direto com o funcionamento das várias Forças de Segurança. Porém, apesar da existência de trabalhos de grupo e espaços de debate após as conferências, na perspetiva da estagiária, deveria ser realizado um exercício suplementar que constituiria uma sessão de simulação de uma Assembleia Parlamentar ou de um Conselho Europeu ou mesmo de uma Assembleia das Nações Unidas para discutir um dos temas associados à segurança internacional, enriquecendo desta forma o espírito crítico, negocial, e diplomático dos auditores.

Curso de Formação de Formadores dos “Cursos de Voluntários da Defesa”

Durante o mês de setembro e outubro, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades subjacentes ao II Curso de Formação de Formadores dos “Cursos de Voluntários da Defesa”, sob coordenação do Prof. Doutor António Paulo Duarte. Esta atividade inseriu-se no âmbito da missão de formação do IDN, onde a estagiária colaborou na redação de ofícios convite a enviar aos conferencistas; no funcionamento das atividades previstas no programa do curso; e participou em algumas das atividades previstas no programa.

O curso proporcionou à estagiária o contacto direto com o planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz do curso prende-se com a sua imaturidade [do curso], por ser recente deveria ser privilegiada uma reestruturação do mesmo. Sobretudo no âmbito do planeamento das atividades e na seleção dos auditores. Esta última deveria ser mais rigorosa e cuidada, direcionada para a seleção de um núcleo de pessoas com um currículo que apresenta-se pontos de interseção entre a capacidade de formar e conhecimentos ligados às questões da segurança e defesa.

High Level Course

Durante os meses de outubro e novembro, a estagiária colaborou no planeamento e coordenação das atividades respeitantes ao segundo módulo do *High Level Course* em Madrid, no âmbito do Colégio Europeu de Segurança e Defesa, sob coordenação da Prof. Doutora Isabel Ferreira Nunes. Esta atividade inseriu-se na missão de cooperação e parcerias de índole internacional do IDN com institutos congéneres estrangeiros. Na organização do evento a estagiária colaborou no contacto com os conferencistas estrangeiros e um nacional, com o propósito de lhes garantir toda a informação necessária para a sua presença no curso, e apoiou na elaboração das notas biográficas sobre os conferencistas.

A atividade teve um contributo bastante positivo no alcance dos objetivos delimitados pela estagiária no projeto de estágio. Proporcionou-lhe o contacto com personalidades de reconhecido mérito e qualificação; o desenvolvimento do domínio da língua inglesa, produto do contacto com conferencistas estrangeiros; e em adição, o contacto direto com o planeamento e coordenação deste tipo de eventos, realizadas no estrangeiro.

O curso integrou o leque de atividades bastante positivas que o IDN organiza em prol das parcerias com outras esferas de investigação e reflexão no seio da comunidade internacional. Sendo uma atividade a realizar no estrangeiro em parceria com um instituto congénere (CESEDEN, *Centro Superior de Estudios de la Defensa Nacional*), contou com a presença de conferencistas nacionais e estrangeiros, exigindo por parte da organização uma coordenação mais cuidada. A atividade contribuiu para a perceção de quais os principais problemas a evitar, latentes a este tipo de eventos, importante para a planificação e

coordenação do próximo módulo deste mesmo curso em Portugal a organizar pelo IDN. Apesar da estagiária não ter participado nas várias sessões do curso, o *feedback* por parte dos participantes evidenciou a construção de espaços de reflexão relevantes sobre as questões subjacentes ao mesmo [ao curso]. Assim, a avaliação que a estagiária faz do curso é bastante positiva, pela conjuntura da atividade, pela temática subjacente, pelo planeamento e coordenação de elevado rigor e exigência, projetando paralelamente a imagem do país no exterior.

Curso Intensivo de Segurança e Defesa

Durante os meses de setembro, outubro e novembro, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades ligadas ao primeiro módulo do III Curso Intensivo de Segurança e Defesa realizado nos Açores, sob coordenação do Major Caria Mendes. Esta atividade inseriu-se na missão de formação do IDN, onde a estagiária colaborou na redação de ofícios convite formais a enviar a conferencistas e a entidades para a indigitação de elementos para a frequência do curso; apoiou na sensibilização e contacto com as entidades alvo a selecionarem elementos para a frequência do curso; e ocupou-se pela atualização da plataforma *moodle* com a documentação facultada pela direção do curso e pelos conferencistas.

A atividade proporcionou à estagiária o contacto direto com o planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

O primeiro módulo do curso constituiu mais uma atividade positiva que o IDN organiza em prol da formação da sociedade para as questões da segurança e defesa, especificamente, a sociedade residente na Região Autónoma dos Açores.

3.2.3. Projeto para a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial (1914-1918)

Durante a segunda metade do mês de setembro, a estagiária colaborou na revisão da redação do projeto a levar a cabo pelo IDN para a Comissão Coordenadora da Evocação do Centenário da I Guerra Mundial, sob coordenação do Prof. Doutor António Paulo Duarte. Esta atividade inseriu-se no âmbito da missão de investigação do IDN.

O contacto direto com toda a conjuntura subjacente ao planeamento de projetos de investigação no Instituto proporcionou à estagiária o desenvolvimento da capacidade de esboçar este tipo de projetos a um nível de mais elevado valor e rigor.

A avaliação que a estagiária faz da atividade é positiva, tendo contribuído diretamente para a realização dos objetivos traçados no projeto de estágio.

3.2.4. Seminários e Conferências

Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias

Durante a segunda metade do mês de setembro e a primeira semana de outubro, a estagiária colaborou na coordenação e funcionamento de todas as atividades latentes ao VIII Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias, sob coordenação primeiro do Prof. Doutor Filipe Nunes e, posteriormente, do Coronel Coutinho Rodrigues. Esta atividade inseriu-se na missão de formação do IDN, onde a estagiária:

- Apoiou na sensibilização dos grupos-alvo para o envio de elementos à frequência do seminário;
- Assegurou a receção dos conferencistas;
- Controlou a assiduidade dos auditores nas diversas atividades;
- Atualizou a plataforma *moodle* com a documentação facultada pela direção do seminário e pelos conferencistas;
- Participou em todas as atividades previstas no programa do seminário.

A atividade contribuiu de forma positiva para a formação da estagiária, proporcionando-lhe:

- Espaços de contacto com figuras de elevado prestígio dos quadros das Forças Armadas, do meio académico e outros;
- Produção de conhecimento sobre os temas em questão, dada a panóplia de conferências e da qualificação dos seus conferencistas;
- Formação profissional no quadro do planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz do seminário é no geral positiva. A atividade constituiu mais um instrumento ao dispor da sociedade, particularmente das juventudes partidárias, direcionada [a atividade] para a formação de consciências sobre as questões associadas à segurança e defesa. Todavia, a seleção tardia dos auditores para a frequência do seminário constituiu um entrave ao normal planeamento das atividades. Neste sentido, sugere-se que a seleção dos candidatos seja mais cuidada devendo por isso, ser feita uma calendarização das respostas a ser dadas por parte das juventudes partidárias mais antecipada da data prevista para o início do seminário.

Seminário Internacional - “*European Defence in the Context of the European Council of December*”

Durante a segunda metade do mês de setembro e as primeiras três semanas de outubro, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades inerentes ao Seminário Internacional subordinado ao tema “*European Defence in the Context of the European Council of December*”, sob coordenação da Prof. Doutora Isabel Ferreira Nunes. Esta atividade inseriu-se na missão de formação do IDN, onde a estagiária:

- Colaborou no contacto com os conferencistas estrangeiros e nacionais, com o propósito de lhes garantir toda a informação necessária para a sua presença no seminário;
- Apoiou na elaboração das notas biográficas sobre os conferencistas;
- Apoiou na elaboração dos produtos gráficos e material de apoio ao seminário (cartazes, convites, capas a serem entregues aos participantes no seminário);
- Assegurou a receção dos conferencistas;
- Ocupou-se da alocação na sessão de abertura do primeiro dia e na abertura do segundo dia;
- Assistiu às atividades previstas no programa do seminário.

O seminário teve um contributo bastante positivo na formação da estagiária, pela aproximação direta à sua área de formação - Relações Internacionais. Proporcionou-lhe:

- O contacto direto com personalidades estrangeiras e nacionais, de reconhecido mérito e qualificação;
- O desenvolvimento do domínio da língua inglesa, produto do contacto com conferencistas estrangeiros;
- Espaços de reflexão sobre as questões subjacentes ao seminário, importantes pela sua atualidade e pela relevância que têm no sistema internacional;
- O desenvolvimento de *networking* de contactos profissionais com conferencistas estrangeiros;
- O contacto direto com o planeamento e coordenação deste tipo de eventos.

O seminário integrou o leque de atividades bastante positivas que o IDN organiza em prol da formação da sociedade para as questões da segurança e defesa. Sendo uma atividade onde intervieram tanto conferencistas nacionais como estrangeiros, exigiu por parte da organização uma coordenação mais cuidada. Proporcionou à assistência um espaço de contacto direto com diferentes perspetivas sobre as questões abordadas. Desta forma, a avaliação que a estagiária faz do seminário é bastante positiva, pela conjuntura da atividade, pela temática subjacente, pelo planeamento e coordenação de elevado rigor e exigência.

Seminário Internacional - “Informações e Transparência”

No dia 22 de novembro de 2013, a estagiária colaborou no funcionamento das atividades do II Seminário Internacional sobre “Informações e Transparência”, produto de uma parceria estratégica entre o IDN, a Universidade Nova de Lisboa e o Serviço de Informações da República Portuguesa. Esta atividade inseriu-se na missão de parcerias que o IDN desenvolve com outras instituições, onde a estagiária se ocupou da alocação de toda a sessão referente ao seminário.

No seminário a estagiária teve a oportunidade de contactar diretamente com personalidades da esfera política portuguesa e de outros espaços de elevada importância no quadro das “Informações”, de destacar a presença de Sua Excelência o Primeiro-Ministro, de Sua Excelência a Ministra da Justiça, de Sua Excelência o Provedor de Justiça e de Sua

Excelência Secretário-Geral do Serviço de Informações da República Portuguesa. Os conteúdos programáticos, e os vários painéis de debate embora diversificados não constituíram espaços de reflexão de relevância.

A avaliação que a estagiária faz da atividade é negativa, a organização do seminário demonstrou falta de preparação para este tipo de eventos. Os conferencistas demonstraram falta de conhecimento sobre de que forma deveriam apresentar os conteúdos que lhes incumbia tratar, e os elementos pertencentes à coordenação da atividade encontravam-se desorganizados.

Ciclo de Conferências sobre “A Defesa da Europa”

Durante o mês de novembro, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades correspondentes à primeira conferência do ciclo de conferências sobre “A Defesa da Europa” subordinada ao tema “Relações de cooperação UE-NATO”, sob coordenação da Prof. Doutora Isabel Ferreira Nunes. Esta atividade inseriu-se na missão de formação do IDN, onde a estagiária:

- Apoiou na produção do mapa gráfico sobre quais as conferências que irão figurar este ciclo;
- Colaborou no contacto com o conferencista estrangeiro, com o propósito de lhe garantir toda a informação necessária para a sua presença na conferência;
- Apoiou na elaboração da nota biográfica sobre o conferencista;
- Assegurou a receção do conferencista no aeroporto;
- Assegurou a receção dos participantes da conferência;
- Assistiu à sessão.

A conferência teve um contributo bastante positivo no alcance dos objetivos delimitados pela estagiária no projeto de estágio, por ter constituído mais um instrumento de reflexão diretamente ligado à área de formação da estagiária - Relações Internacionais. Em adição, tendo a atividade sido similar, com a mesma coordenadora e sobre a mesma temática, teve iguais contributos à 10ª reunião do grupo de estudos supramencionado sobre “Política Externa, de Segurança e Defesa Europeia”.

A sessão integrou o leque de atividades bastante positivas que o IDN organiza em prol da formação da sociedade para a reflexão das problemáticas associadas às questões de segurança e defesa, colocando mais um instrumento de conhecimento à disposição dos seus participantes.

Seminário Internacional - “*European Strategies of Multilateral Cooperation*”

Durante a segunda metade do mês de outubro, o mês de novembro e a primeira semana de dezembro, a estagiária colaborou no planeamento, na coordenação e funcionamento das atividades inerentes ao Seminário Internacional subordinado ao tema “*European Strategies of*

Multilateral Cooperation”, sob coordenação da Prof. Doutora Isabel Ferreira Nunes. A atividade inseriu-se na missão de formação do IDN, onde a estagiária:

- Colaborou no contacto com os conferencistas estrangeiros e nacionais com o propósito de lhes garantir toda a informação necessária para a sua presença no seminário;
- Apoiou na elaboração das notas biográficas sobre os conferencistas;
- Apoiou na produção dos materiais gráficos e de apoio ao seminário (cartazes, convites, capas a entregar aos auditores);
- Apoiou na redação da alocução da sessão de abertura e de encerramento do seminário;
- Assegurou a receção dos conferencistas;
- Assistiu à sessão.

O seminário teve um contributo bastante positivo no alcance dos objetivos delimitados pela estagiária no projeto de estágio, por ter constituído mais um instrumento de reflexão diretamente ligado à área de formação da estagiária - Relações Internacionais. Em adição, correspondeu a mais um espaço onde a estagiária teve a oportunidade de concretizar os principais objetivos traçados inicialmente no projeto de estágio através:

- Do contacto direto com personalidades de reconhecido mérito e qualificação, tanto estrangeiras como nacionais;
- Do contacto com os conferencistas estrangeiros desenvolveu o seu domínio da língua inglesa bem como a capacidade de argumentação no respeitante às questões ligadas à segurança internacional;
- Do desenvolvimento de *networking* de contactos profissionais com conferencistas estrangeiros;
- Do desenvolvimento e amadurecimento da sua capacidade de refletir e pensar as questões subjacentes à atividade;
- Do contacto direto com o planeamento e coordenação deste tipo de atividades.

O seminário integrou o leque de atividades bastante positivas que o IDN organiza em prol da formação da sociedade para as questões da segurança e defesa. Por ter sido uma atividade onde intervieram tanto conferencistas nacionais como estrangeiros, exigiu por parte da organização uma coordenação mais cuidada. A atividade proporcionou à audiência mais um instrumento de reflexão das questões ligadas à dinâmica da segurança internacional. Desta forma, a avaliação da estagiária a esta atividade é bastante positiva, pela sua conjuntura, temática, planeamento e coordenação de elevado rigor e exigência.

3.2.5. Visita do Colégio Defesa NATO

Durante os dias 7, 8 e 9 de outubro de 2013, a estagiária colaborou na coordenação e funcionamento das atividades intrínsecas à visita a Portugal do 120º Curso Sénior do Colégio Defesa NATO, sob coordenação do Coronel João Barbas e do Tenente-Coronel Alexandre Carriço. A atividade inseriu-se no âmbito da missão de cooperação internacional que o IDN

promove, especificamente, na organização de visitas de institutos estrangeiros. No dia 7, a estagiária colaborou no apoio à receção de toda a comitiva no aeroporto. No dia 8, apoiou as atividades previstas na parte da manhã com os cônjuges dos elementos do Colégio, e na parte da tarde com toda a comitiva, tendo o privilégio de ainda participar numa receção à comitiva ao anoitecer. Por último, no dia 9 colaborou na apresentação de cumprimentos de despedida e no acompanhamento da comitiva ao aeroporto.

A visita do 120º Curso Sénior do Colégio Defesa NATO proporcionou à estagiária, espaços de contacto com elementos pertencentes a institutos internacionais centrais no quadro das relações internacionais, especificamente, no âmbito da segurança internacional. Em adição, enriqueceu o seu currículo e a sua formação profissional com a colaboração na coordenação e funcionamento deste tipo de eventos.

A avaliação que a estagiária faz da atividade é bastante positiva, dada a proximidade à sua área de formação, Relações Internacionais, e pelo alcance dos principais objetivos inicialmente delimitados no projeto de estágio.

3.2.6. Outras Atividades

A estagiária fez ainda a alocução, no dia 6 de novembro de 2013, na Sessão Solene de Abertura do Ano Académico 2013/2014, sob coordenação do Coronel Luís Figueiredo.

Colaborou no funcionamento e participou em conferências, sob coordenação do Coronel José Fânzeres. Conferências essas, subordinadas às temáticas “A situação política no Egipto e o seu impacto regional” (10 de setembro de 2013) e “A situação política na Tunísia” (29 de outubro de 2013).

Colaborou também na preparação das atividades a levar a cabo pelo IDN na promoção de iniciativas de divulgação do Conceito Estratégico de Defesa Nacional de 2013 junto de Instituições do Ensino Secundário e Superior, sob coordenação do Prof. Doutor António Paulo Duarte.

Durante o mês de novembro participou em algumas conferências subjacentes ao Curso de Defesa Nacional do Ano Académico 2013/2014. A título de exemplo, “Conceito e Enquadramentos da Estratégia” proferida pelo Tenente-General Abel Cabral Couto, e “Informação pública e defesa nacional” proferida pelo Prof. Doutor Marcelo Rebelo de Sousa.

Durante o mês de dezembro, colaborou no planeamento do Curso de Gestão Civil de Crises no âmbito do Colégio Europeu de Segurança e Defesa, sob coordenação da Prof. Doutora Isabel Nunes. Apoiando na redação de ofícios convite formais a enviar aos conferencistas bem como na planificação do programa. Paralelamente, sob a mesma coordenação, apoiou na redação de ofícios convite formais a enviar a individualidades para a sua participação numa edição especial da Revista “Nação e Defesa”.

Por último, no mês de dezembro, a estagiária colaborou também no planeamento do Curso de Gestão Civil de Crises ministrado pelo IDN, através do apoio na redação de ofícios

convite formais a enviar às entidades para a seleção de elementos para a frequência do curso, sob coordenação do Major Caria Mendes.

3.3. Reflexão Crítica: Balanço entre Perspetivas e Resultados

Com o propósito de analisar, segundo uma base crítica, o contributo da atividade do estágio curricular no Instituto da Defesa Nacional para a estagiária, recorreu-se a um instrumento de análise denominado Análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) i.e., Pontos Fortes, Pontos Fracos, Oportunidades e Ameaças.

Nos Pontos Fortes a estagiária premeia:

- A aquisição de conhecimento no quadro da reflexão e investigação das questões ligadas à segurança e defesa;
- O desenvolvimento e amadurecimento do pensamento crítico no âmbito das relações internacionais;
- A aquisição de competências profissionais no quadro do planeamento e coordenação das diferentes atividades estratégicas promovidas pelo IDN;
- O contacto direto com individualidades nacionais e estrangeiras de reconhecido mérito e qualificação no âmbito das relações internacionais;
- A aquisição de experiência profissional, particularmente, o cumprimento de horários, de objetivos e a relação profissional estabelecida com diferentes formas de trabalho;
- A boa relação de trabalho construída com os diferentes colaboradores do Instituto;
- O espírito de equipa desenvolvido com a colega estagiária;
- A realização dos objetivos traçados inicialmente no projeto de estágio;
- A concretização de todas as atividades inicialmente previstas no Cronograma de Atividades definido pelo IDN;
- A adição de atividades ao Cronograma de Atividades inicialmente definido pelo IDN;
- O desenvolvimento de capacidade organizacional, produto da conciliação estabelecida entre a atividade de estágio e a redação do relatório sobre o mesmo [estágio].

Os Pontos Fracos, i.e. aquilo que na ótica da estagiária correu menos bem ou que de certa forma dificultou o resultado pleno da sua satisfação foi:

- A escassa informação disponível relativa à edificação do IDN, a toda a sua história e contextualização;
- As condições de estágio não remunerado, onde se propõe que haja uma modernização nos protocolos estabelecidos entre a UBI e o IDN no sentido de, arranjar qualquer tipo de compensação pela atividade que os estagiários desempenham.

Dentro das Oportunidades que a estagiária teve ao longo do período de estágio destacam-se:

- A participação em inúmeras atividades de formação promovidas pelo IDN, que lhe possibilitou o desenvolvimento do espírito crítico face às questões subjacentes aos domínios da segurança e defesa;
- O contacto direto com individualidades nacionais e estrangeiras de reconhecido mérito e qualificação no âmbito das relações internacionais, o que lhe proporcionou o estabelecimento de *networking* de contactos profissionais.

As Ameaças, tidas numa perspetiva de ameaças quanto ao futuro profissional da estagiária são:

- O fato do IDN ser um organismo público, que sujeito a cortes subjacentes à crise económica que o país atravessa, inviabiliza qualquer perspetiva futura de alcançar emprego no Instituto;
- A competitividade na área das relações internacionais (área de formação da estagiária), exigindo portanto um elevado grau de excelência a nível da competência profissional e do conhecimento intelectual.

No seguimento da análise, segundo uma base crítica, a estagiária reflete ainda, novamente auxiliada pela Análise SWOT, a atividade estratégica do IDN na prossecução da sua missão. Isto é, analisa os Pontos Fortes, os Pontos Fracos, as Oportunidades tidas, na perspetiva da estagiária, como instrumentos de apoio que contrariem os Pontos Fracos, e as Ameaças inerentes ao Instituto, na conjuntura atual.

Como Pontos Fortes destacam-se:

- O fato do Instituto por si só ser um ponto forte, pela projeção que tem no seu quadro de ação, é reconhecido como sendo um dos melhores centros de produção de conhecimento e reflexão nos domínios da segurança e da defesa;
- A utilização de uma panóplia de instrumentos, desde cursos, seminários, conferências e outras atividades que fazem aproximar da sociedade as questões que trata;
- O custo zero de determinadas atividades. Para assistir a seminários e conferências e ter acesso a materiais de sensibilização e divulgação das questões de domínio das relações internacionais, ciência política e outras similares, o dinheiro não constituiu uma barreira entre a sociedade e o anseio pelo conhecimento;
- A Biblioteca conceituada das suas instalações, aberta ao público;
- A coordenação organizada e exigente das suas atividades;
- O fato de se constituir como ator produtor de instrumentos importantes de apoio à esfera de decisão política no quadro das questões ligadas à segurança e defesa.

As maiores arestas que necessitam de ser limadas a nível interno no Instituto prendem-se com:

- A maior compreensão e cooperação ao nível da relação de trabalho civil-militar;
- A otimização dos recursos monetários no sentido de, selecionar as atividades que melhor se adequam à promoção e cumprimento das atribuições incumbidas ao Instituto.

Na ótica da estagiária, os Pontos Fracos intersetados com os Pontos Fortes devem ser tidos como uma rede de Oportunidades ao dispor do IDN, que ao ser reestruturada e modernizada poderá constituir uma maior eficiência nas atividades que o Instituto promove. Neste sentido, sugere-se que:

- O quadro orgânico diversificado seja aproveitado, i.e. sendo este composto por funcionários civis e militares, deve ser privilegiado o estreitamento da relação entre estas duas classes para um resultado mais profícuo nas atividades estratégicas desenvolvidas pelo Instituto;
- Haja uma maior otimização dos recursos monetários, promovida através da reestruturação ou substituição de certas atividades de formação que não correspondem plenamente aos objetivos propostos e/ou aos resultados esperados;
- Se utilize a imagem de excelência que o Instituto tem no âmbito das suas atribuições, para esclarecer e aproximar cada vez mais todos os setores da vida social portuguesa às dinâmicas da segurança e defesa;
- Haja uma modernização dos protocolos com as universidades por forma a garantir ajudas de compensação, de ambas as partes (IDN e universidades), aos estagiários.

Como Ameaças:

- Por ser um organismo público, a sua atividade esta sujeita à crise económica e a todas as reformas orçamentais subjacentes;
- Como se trata de um Instituto que reflete questões particulares, a segurança e defesa, o interesse demonstrado pelas mesmas circunscreve-se a um grupo-alvo restrito: militares das Forças Armadas, oficiais dos Serviços de Segurança, investigadores da área, funcionários da Administração Pública, embaixadores e pouco mais, quando deveria ser do interesse de toda a sociedade, do pedreiro ao doutor, porque atinge direta ou indiretamente (e sublinha-se novamente) todos os setores da vida social;
- O fator crise económica desvia a atenção da sociedade em geral para outras questões levando a questionar a existência deste tipo de institutos, deve assim estar na agenda do IDN a missão de contrariar esta tendência.

Considerações Finais

A panóplia de dinâmicas que caracterizam o mundo da atualidade fazem prever uma mutação da forma como se estabelecem as relações inter-Estados e as relações dos Estados perante as novas exigências, especificamente, ligadas ao quadro securitário. Os Estados abrem espaços de cooperação porque reconhecem que isolados, nada podem fazer para contrariar esta tendência. Em adição, orientam as suas estratégias de defesa nacional conscientes de que uma boa estratégia tem que incluir valores e interesses nacionais e internacionais.

Não descartando da sua presença no espaço atlântico e europeu, Portugal tem vindo a desenvolver diligências no sentido, de melhor contribuir para a sua inserção nestes espaços. Desta forma, torna-se imperativa a existência de centros de investigação e reflexão da cultura de segurança e defesa em Portugal, por forma a produzir instrumentos de apoio às esferas de decisão política, no momento de definição de estratégias de defesa nacional. Neste quadro dá-se a integração do Instituto da Defesa Nacional, como o principal centro de pensamento estratégico da segurança e defesa, que não só produz instrumentos de apoio ao processo de decisão política como, aprofunda e desenvolve consciências na sociedade para a importância destas questões.

O estágio curricular em organismos como o Instituto da Defesa Nacional é sempre uma mais-valia e um elemento curricular de elevado valor para quem o realiza, onde se desenvolvem não só competências profissionais no âmbito da execução de tarefas ligadas ao planeamento e funcionamento das atividades estratégicas promovidas, como também, o aprofundamento e amadurecimento do espírito crítico face às questões intrínsecas à área das relações internacionais, da segurança internacional, da estratégia e outras. Ora, se por um lado, a colaboração e apoio nas inúmeras atividades realizadas ao longo do período de estágio permitiram à estagiária desenvolver competências profissionais. Por outro, providenciaram também espaços de contacto com individualidades de reconhecido mérito e qualificação e o desenvolvimento da capacidade de refletir e pensar as questões subjacentes ao Instituto. É ainda da maior importância referir que, a participação nas inúmeras conferências, seminários, grupos de estudos e outros, esteve sempre diretamente ligada à mobilização de conhecimentos apreendidos no âmbito da licenciatura e do primeiro ano do mestrado.

Pelas razões mencionadas, ressalta uma valorização e um contributo bastante positivo destes meses de trabalho.

Sugere-se porém, que haja no Instituto uma maior preocupação com a criação de bibliografia que contextualize a edificação do IDN; que se proceda a uma modernização dos protocolos estabelecidos com instituições, especificamente, com as universidades no sentido de arranjar qualquer tipo de compensação pela atividade que os estagiários desempenham; promover uma maior compreensão e cooperação ao nível da relação de trabalho civil-militar e por fim, desenvolver uma otimização dos recursos monetários no sentido de selecionar as

atividades que melhor se adequam à promoção e cumprimento das atribuições incumbidas ao Instituto. Cabe ao Instituto utilizar a sua projeção para aproximar e sensibilizar a sociedade portuguesa das questões que trata e das funções importantes que desenvolve.

Bibliografia

Fontes

Governo de Portugal (2013) *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*. Disponível em: http://www.defesa.pt/Documents/20130405_CM_CEDN.pdf [9 de dezembro de 2013].

Portaria nº 264/2012 de 30 de agosto de 2012, Diário da República, I Série, nº 168, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s%5C2012%5C08%5C16800%5C0490704908.pdf> [20 de outubro de 2013].

Decreto-Regulamentar nº 41/2012 de 16 de maio de 2012, Diário da República, I Série, nº 95, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2012. Disponível em: http://www.portugal.gov.pt/media/596215/idn_decretoregulametar.pdf [20 de outubro de 2013].

Despacho nº 25322/2009 de 19 de novembro de 2009, Diário da República, II Série, nº 225, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2009. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/portaria25322_2009.pdf [20 de outubro de 2013].

Decreto-Regulamentar nº 41/91 de 16 de agosto de 1991, Diário da República, I Série-B, nº 187, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1991. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1991/08/187B00/41714178.pdf> [20 de outubro de 2013].

Decreto-Lei nº 46/88 de 11 de fevereiro de 1988, Diário da República, I Série, nº 35, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1988. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1988/02/03500/04810487.pdf> [20 de outubro de 2013].

Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas nº 29/82 de 11 de dezembro de 1982, Diário da República, I Série, nº 285, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1982. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1982/12/28500/40634079.pdf> [20 de outubro de 2013].

Decreto-Lei nº 261/79 de 1 de agosto de 1979, Diário da República, I Série, nº 176, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1979. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1979/08/17600/17631766.pdf> [20 de outubro de 2013].

Decreto-Lei nº 550-D/76 de 12 de julho de 1976, Diário da República, I Série, nº 161, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1976. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1976/07/16103/00330034.pdf> [20 de outubro de 2013].

Decreto-Lei nº 635/74 de 20 de novembro de 1974, Diário da República, I Série, nº 270, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1974. Disponível em: <http://www.dre.pt/pdf1s/1974/11/27000/14031403.pdf> [20 de outubro de 213].

Decreto-Lei nº 48 146 de 23 de dezembro de 1967, Diário do Governo, I Série, nº 297, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1967 (Anexo A).

Monografias

Hobbes, Thomas (s.d.) *Leviatã*. Traduzido por João Paulo Monteiro e Maria Beatriz Nizza da Silva. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/anthist/marcos/hdh_thomas_hobbes_leviatan.pdf [9 de dezembro de 2013].

Kant, Emmanuel (s.d.) *Para a paz perpétua*. Traduzido por Bárbara Kirstensen. Disponível em: http://b37.moelabs.org/Teoria_das_ri_l-Rafael_Pons/I_Semestre/Ebook_Kant_Paz_Perpetua.pdf [9 de dezembro de 2013].

Pina, Ana Paula Almeida de (2003) *Instituto da Defesa Nacional 27 Anos de História*. Trabalho de Investigação Final para o Curso de Defesa Nacional. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional.

Artigos

Cardoso, Leonel Alexandre Gomes (1987) “Qual Phoenix”, *Nação e Defesa*. Págs. 81-88.

Freire, Pedro de Almeida (1981) “Introdução à Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional”, *Nação e Defesa*. Págs. 141-151, nº 18.

Lanhoso, Adriano Coutinho (1984) “Discurso do Director do IDN, Vice-Almirante Adriano Coutinho Lanhoso, na Abertura do CDN 1985”, *Nação e Defesa*. Págs. 11-15, nº 32.

Lanhoso, Adriano Coutinho (1985) “Discurso do Director do IDN, Vice-Almirante Adriano Coutinho Lanhoso, na Sessão Solene de Abertura do Curso de Defesa Nacional de 1986, em 11 de Novembro de 1985”, *Nação e Defesa*. Págs. 15-23, nº 36.

Magalhães, Altino de (1983) “Discurso do General Altino de Magalhães na Sessão Solene de Abertura das Actividades Escolares de 1983/84”, *Nação e Defesa*. Págs. 9-21, nº 28.

Pina, Luís M. da Câmara (1987) “O Instituto de Altos Estudos da Defesa Nacional Estudo Interdisciplinar. Investigação”, *Nação e Defesa*. Pág. 35.

Rodrigues, José Manuel Bettencourt (1987) “O General Câmara Pina e o I.A.E.D.N.”, *Nação e Defesa*. Págs. 30-32.

Santos, António Adriano Faria Lopes dos (1987) “Depoimento do General do Exército António Lopes dos Santos. Director do Centro de Estudos Militares e do Instituto da Defesa Nacional de 30DEZ75 a 1FEV77”, *Nação e Defesa*. Págs. 67-70.

Silva, António d’Oliveira Baptista e (1987) “Resenha Histórica das Actividades do Instituto da Defesa Nacional no X Aniversário da sua criação”, *Nação e Defesa*. Pág. 105.

Vieira, Guilherme de Sousa Belchior (1980) “Curso de Defesa Nacional - Actividade Nuclear do Instituto da Defesa Nacional”, *Nação e Defesa*. Págs. 173-185, nº 14.

Webgrafia

Correia, Pedro J. de Pezarat (2008) “Evolução do Pensamento Estratégico, Revolução nos Assuntos Militares e Estratégia Pós-Moderna” Instituto Superior de Estudos Militares. Disponível em: <http://www.iesm.mdn.gov.pt/s/Cisdi/boletim/Artigos/B7-3.pdf> [9 de dezembro de 2013].

Couto, Abel Cabral (2000) “Segurança e Estudos sobre a Paz” *Nação e Defesa*. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1344/1/NeD095-096_AbelCabralCouto.pdf [9 de dezembro de 2013].

Couto, Fausto Manuel Vale do (2004) “Evocação Histórica do General Luís Maria da Câmara Pina” *Revista Militar*. Disponível em: http://www.revistamilitar.pt/artigo.php?art_id=445 [20 de outubro de 2013].

Instituto da Defesa Nacional “IDN”. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/index.php> [13 de janeiro de 2014].

Instituto da Defesa Nacional (2010) *IDN Plano de Atividades 2010*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_actividades2010.pdf [13 de janeiro de 2014].

Instituto da Defesa Nacional (2011) *Regulamento do Curso de Defesa Nacional*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/regulamento_cdn.pdf [25 de outubro de 2013].

Instituto da Defesa Nacional (2012a) *IDN Plano de Atividades 2012*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/plano_actividades2012.pdf [13 de janeiro de 2014].

Instituto da Defesa Nacional (2012b) *Regulamento do Curso de Defesa para Jovens*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/cdj_regulamento.pdf [25 de outubro de 2013].

Instituto da Defesa Nacional (2012c) *Regulamento do Curso de Gestão Civil de Crises*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/regulamento_cgcc.pdf [25 de outubro de 2013].

Instituto da Defesa Nacional (2012d) *Regulamento do Curso Intensivo de Segurança e Defesa*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/regulamento_cisede_2012.pdf [25 de outubro de 2013].

Instituto da Defesa Nacional (2012e) *Regulamento do Curso de Segurança e Defesa para Jornalistas*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/csdj_regulamento_2013.pdf [25 de outubro de 2013].

Instituto da Defesa Nacional (2012f) *Regulamento do Seminário de Segurança e Defesa para Juventudes Partidárias*. Disponível em: http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/regulamento_ssjp.pdf [25 de outubro de 2013].

Roboredo, Nuno Paulo Rocha (2010) “A Evolução do Conceito de Segurança e as Implicações nas Operações Militares no Século XXI” Instituto de Estudos Superiores Militares. Disponível em: http://comum.rcaap.pt/bitstream/123456789/1121/1/BE_Roboredo%202010.pdf [9 de Maio de 2013].

Santos, José Alberto Loureiro dos (2006) “A Importância do IDN na Sociedade Portuguesa”. Palestra General Câmara Pina no Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CamaraPinaJoseAlbertoLoureiro.pdf> [24 de outubro de 2013].

Santos, Marcos Olímpio G. (2011) “Texto de Apoio sobre o Conceito de Estratégia”. Disponível em: http://home.uevora.pt/~mosantos/download/Estrateg_TextoApoio_25Jul11.pdf [9 de dezembro de 2013].

Vieira, Guilherme Belchior (2007) “O Desafio do IDN em 1977-80. Renascimento de uma Visão” Palestra General Câmara Pina no Instituto da Defesa Nacional. Disponível em: <http://www.idn.gov.pt/conteudos/documentos/CamaraPinaGuilhermeBelchiorVieira.pdf> [20 de outubro de 2013].

Anexos

Anexo A - Decreto-Lei nº 48 146 de 23 de dezembro de 1967, Diário do Governo, I Série, nº 297, Lisboa, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1967.

Anexo B - Cronograma das Atividades de Estágio.